

Visitou nova fábrica de ônibus elétricos “Cabe ao Estado defender a indústria nacional”, diz Lula

Zeca Ribeiro - Câmara



80% apoiam lei contra as fakes, aponta pesquisa do DataSenado

De acordo com pesquisa feita pelo DataSenado, 80% da população brasileira é a favor de uma legislação para coibir a disseminação de fake news nas redes sociais. A pesquisa ainda apurou que 91% avaliam que fake news trazem riscos para a sociedade e influenciam muito a opinião das pessoas. 72% dos brasileiros estão “muito preocupados” com a quantidade de notícias falsas que circulam nas redes, enquanto 20% estão “pouco preocupados”. **Página 3**



Recuo empobreceu país: “A indústria que já foi 30% do PIB hoje é 11%”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na sexta-feira (2) da inauguração de uma nova linha de produção de ônibus elétricos, em São Bernardo do Campo. Ele defendeu a indústria nacional e enfatizou que o Estado tem que defender a produção e os empregos do país. “Atacaram a indústria nacional de todas as maneiras. Diziam que quem não tem competência não se estabelece. Que era melhor comprar do estrangeiro do que fabricar aqui dentro. O resultado é que hoje a indústria, que já foi 30% do PIB, está em 11% do PIB”, denunciou. **Pág. 3**

Fiesp: Juro alto teve influência forte na queda do PIB industrial

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao analisar o resultado do PIB do primeiro trimestre, que registrou alta de 1,9%, em relação ao trimestre imediatamente anterior, e uma queda do PIB Industrial de 0,1%, afirmou que “é resultado da alta taxa de juros e de condições financeiras restritivas”. A indústria de transformação caiu 0,6% no período. “A produção industrial continua 1,3% defasada em relação ao nível pré-pandemia”, apontou. **Página 2**

Gasto com juro já consumiu em quatro meses 227,6 bilhões

Com a decisão do Banco Central em manter a taxa de juros da economia (Selic) em 13,75% ao ano, a transferência de recursos públicos, via juros, aos bancos e rentistas atingiu a soma de R\$ 659,5 bilhões, no acumulado em doze meses até abril. **Página 2**



Petrobrás

EUA subirão sua dívida a 139% do PIB após acordo Biden & McCarthy

O presidente Joe Biden e o presidente da Câmara dos Deputados, o republicano Kevin McCarthy, fecharam acordo que permite elevar a dívida a 139% do PIB, o que irá imediatamente à votação no Congresso. O limite da dívida em vigor que se esgota nos próximos dias é de US\$ 31,4 trilhões (equivalente a 123% do PIB de US\$ 25,46 trilhões de 2022). **Pág. 7**



Decisão do Ibama cria obstáculo ao crescimento

A Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia (APGAM) divulgou nota onde contesta a decisão do IBAMA de indeferir o processo de licenciamento ambiental solicitado pela Petrobrás para a atividade de pesquisa e exploração na Margem Equatorial do Brasil. De acordo com os geólogos, a decisão “paralisa o desenvolvimento das pesquisas petrolíferas em todas as bacias da margem equatorial brasileira”. **P. 2**

Familiares e amigos pedem por justiça durante as homenagens a Dom Phillips e Bruno Pereira

Um ano após os assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, no Vale do Javari, no Amazonas, manifestantes realizaram atos em seis cidades brasileiras, na segunda-feira (5), em memória das vítimas. Os atos ocorreram no Rio de Janeiro (foto), Brasília, Campinas, Belém, Salvador e Atalaia do Norte (AM). Também haverá um ato em Londres. **Pág. 4**

Maior golpe de Bolsonaro foi na estrutura sindical e na rede de proteção estatal ao trabalhador

Está marcado. Dia 3 de julho, as centrais sindicais, empresariado e o governo federal voltam a se reunir com objetivo de discutir as propostas apresentadas pelas centrais de mudanças na estrutura sindical. Proposta entregue deixou em 2º plano os direitos extirpados por Bolsonaro e se concentra no afastamento da presença do Estado nas relações sindicais. **Página 5**

Uruguaios tomam as ruas da capital pelo direito à água

Fiesp: “queda do PIB industrial foi influenciada pelos juros altos”

“O setor industrial deverá continuar enfrentando dificuldades para sua retomada sustentada, sobretudo em razão da manutenção da taxa de juros em patamar elevado por um longo período”, diz a entidade após o resultado do PIB do primeiro trimestre pelo IBGE

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao analisar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, que registrou alta de 1,9%, em relação ao trimestre imediatamente anterior, e uma queda do PIB Industrial de 0,1%, afirmou que “é resultado da alta taxa de juros e de condições financeiras restritivas”. A indústria de transformação caiu 0,6% no período.

“A produção industrial continua 1,3% defasada em relação ao nível pré-pandemia e segue apresentando fraco dinamismo. Este desempenho tem sido fortemente influenciado pelo elevado patamar da taxa de juros básica e pela permanência das condições financeiras restritivas, que afetam de maneira ainda mais intensa a indústria”, manifestou a Fiesp em nota nesta quinta-feira (1/6).

Enquanto a agropecuária exibiu aumento de 21,6% sobre o 4º trimestre de 2022, a indústria em geral registrou queda de 0,1% no trimestre. A indústria extrativa mineral e o setor de eletricidade, gás, água e esgoto cresceram 2,3% e 1,7%; já os segmentos de construção civil e indústria de transformação caíram 0,8% e 0,6%, respectivamente.

Neste cenário, o PIB da indústria de transformação apresentou a terceira queda consecutiva e a sétima redução nos últimos dez tri-

mestres. A Fiesp assinala que as condições financeiras da economia brasileira continuam em “terreno restritivo devido aos juros em patamares elevados”. Os juros altos têm “impactado negativamente as condições de crédito, e tendem a atuar como freio para a atividade nos próximos trimestres”.

“Diante deste cenário e da expectativa de que a redução dos juros básicos terá início apenas a partir do segundo semestre, a Fiesp projeta um novo recuo para o PIB da indústria de transformação em 2023, desta vez de 0,4%. Se confirmado, este resultado configuraria a sétima queda em 10 anos”, assinala a entidade da indústria no boletim.

A entidade alerta que, caso isso ocorra, o desempenho positivo da economia brasileira em 2023 estará condicionado principalmente ao resultado do 1º trimestre, em virtude do desempenho muito favorável do setor agropecuario e da resiliência do setor de serviços neste início de ano”.

Para 2023, a Fiesp espera crescimento de 2,6% do PIB. “O setor industrial, por sua vez, deverá continuar enfrentando dificuldades para sua retomada sustentada, sobretudo em razão da manutenção da taxa de juros em patamar elevado por um longo período”, ressalta.

PIB cresce 1,9% no 1º trimestre, impulsionado pela agropecuária

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,9% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o quarto trimestre de 2022, período que obteve uma queda de -0,1%. Os dados sobre a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, e principal indicador usado para medir a evolução da economia, divulgados nesta quinta-feira (1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o resultado dos primeiros três meses deste ano foi apartado da Indústria, Comércio, Serviços, além do Consumo das famílias e Investimentos, que tiveram no período péssimos desempenhos.

O resultado do primeiro trimestre de 2023 deu-se particularmente pela agropecuária, que teve uma alta de 21,6% no período, a maior alta para o setor desde o quarto trimestre de 1996. Desempenho relacionado à safra recorde de grãos em 2023, que normalmente se concentra no início do ano. Nas demais categorias apuradas pelo instituto, os números são alarmantes. A indústria recuou -0,1%, com destaque para a queda de -0,6% na Indústria de Transformação e de 0,8% na de Construção; Comércio variou 0,3%; e serviços apenas 0,6%.

Ao comentar o resultado do PIB, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que é preciso “cautela”. Ele destacou que “o agro veio muito forte” e disse que “é preciso começar a pensar em 2024”.

Já o presidente Lula comentou o resultado do PIB em mensagem no Twitter: “Resultados que comprovam que nosso país já está melhorando. E vamos seguir trabalhando para distribuir esse crescimento com o povo brasileiro”.

Lula, ao lado do setor produtivo, vem defendendo a redução dos juros impostos pelo Banco Central. “É uma exorcência para este país as taxas de juros de 13,75%”, declarou em evento no Dia da Indústria sobre os juros que vêm asfixiando, não só o setor produtivo, mas também o consumo das famílias e do próprio governo.

Como apontou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao analisar o resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano, “a queda do PIB industrial é reflexo da alta taxa de juros e de condições financeiras restritivas”.

A indústria representa 23,9% da economia.

“A produção industrial continua 1,3% defasada em relação ao nível pré-pandemia e segue apresentando fraco dinamismo. Neste cenário, o PIB da indústria de transformação apresentou a terceira queda consecutiva e a sétima redução nos últimos dez trimestres”, destacou a entidade.

DEMANDA FRACA

Os números da Indústria, Comércio e Serviços correspondem basicamente a fraca demanda de consumos de bens e serviços no país. Nos três primeiros meses de 2023, o consumo das famílias (+0,2%) e o consumo do governo (+0,3%) tiveram crescimento próximo de ZERO.

O IBGE também divulgou que os investimentos tombaram 3,4% nos três meses iniciais de 2023. Isto, quando a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o que investe o país em bens de capital, máquinas, equipamentos e material de construção e outros, já havia caído 1,3% no quarto trimestre do ano passado.

A taxa de investimento (FBCF/PIB) no primeiro trimestre de 2023 foi de 17,7%, abaixo do observado no mesmo período do ano anterior (18,4%).

Estes indicadores correspondem à política monetária contracionista do Banco Central (BC), liderado por Campos Neto, com sua taxa de juros escorchantes de 13,75% ao ano, como apontou Lula. Se os juros não forem reduzidos, os próximos trimestres não irão sustentar o resultado do primeiro trimestre deste ano, baseado em um setor que representa 7,9% da economia. De acordo com o IBGE, a evolução do PIB no geral acompanha sempre os serviços e o consumo das famílias, pelo maior peso que têm no cálculo. Em 2022, os serviços responderam por 68,2% da economia, pelo lado da oferta. Já o consumo das famílias foi de 63,1% da economia, pelo lado da demanda.

Frente ao mesmo trimestre de 2022, o PIB cresceu 4,0%. No acumulado dos quatro últimos trimestres, o PIB subiu 3,3% ante os quatro trimestres imediatamente anteriores, segundo o IBGE.

Em valores correntes, o PIB no primeiro trimestre de 2023 totalizou R\$ 2,6 trilhões.



Geólogos da Amazônia: Decisão do Ibama é obstáculo ao desenvolvimento

Associação de geólogos se posiciona em defesa da continuidade das pesquisas exploratórias na Margem Equatorial do Brasil pela Petrobrás

A Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia (APGAM) divulgou nota, assinada por seu presidente Cleber Barata, onde contesta a decisão do IBAMA de indeferir o processo de licenciamento ambiental solicitado pela Petrobrás para a atividade de pesquisa e exploração na Margem Equatorial do Brasil.

De acordo com os geólogos, a decisão “paralisa o desenvolvimento das pesquisas petrolíferas em todas as bacias da margem equatorial brasileira e, conseqüentemente, adia a descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural de importância determinante para o futuro do País”.

A APGAM “se posiciona em defesa da continuidade das pesquisas exploratórias na margem equatorial brasileira, cujas descobertas de novas reservas de petróleo e gás trarão implicações econômicas, sociais e geopolíticas relevantes para o Brasil e serão, sem dúvida, vetor de grande importância para o desenvolvimento sustentável da região norte e para o Estado do Pará de forma particular”, diz a nota da entidade que reproduzimos na íntegra a seguir.

Sob o título “Posicionamento da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia sobre exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial Brasil”, publicamos na íntegra no site do HP a íntegra da nota: <https://horadopovo.com.br/decisao-do-ibama-e-obstaculo-ao-desenvolvimento-afirmam-geologos-do-amazonas/>. Abaixo seguem alguns trechos.

“O Brasil está entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, e possui reservas provadas de 11,89 bilhões de barris de petróleo. Esse é um parâmetro estratégico, o qual fortalece aspectos relevantes de soberania e de projeção no subcontinente sul-americano, além de dar maior segurança ao país neste momento em que se vive um contexto de transição energética, em nível global. A decisão do IBAMA de indeferir o processo de licenciamento ambiental solicitado pela PETROBRAS para a atividade de perfuração marítima do poço MORPHO, no bloco exploratório FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, paralisa o desenvolvimento das pesquisas petrolíferas em todas as bacias da margem equatorial brasileira e conseqüentemente, adia a descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural de importância determinante para o futuro do País.

“A margem equatorial brasileira, considerada como nova fronteira exploratória é constituída pelas bacias sedimentares da Foz do Amazonas, Pará Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Geologicamente, se estendem pelo litoral brasileiro, dos Estados do Amapá, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte. O conhecimento estabelecido, ainda em nível precário, indica haver considerável potencial para a produção de petróleo e gás natural nesta grande área marítima. A bacia Pará/Maranhão, por exemplo, tem potencial petrolífero estimado entre 20-30 bilhões de barris recuperáveis, o que representa cerca da metade das descobertas do PRE-SAL brasileiro, até hoje. Este número, tão somente estimativo, se fortalece a partir dos resultados obtidos pelo avanço das pesquisas exploratórias na Guiana e Suriname, do lado sul-americano, assim como em Gana e Costa do Marfim, na África, áreas as quais apresentam condições geológicas similares ao da margem equatorial brasileira, o que reforça esta estimativa.”



PIB da indústria de transformação apresentou a terceira queda consecutiva, destacou a Fiesp, presidida por Josué Gomes (foto)

“Forte expansão da agropecuária não basta para dinamizar nossa economia interna”, aponta Iedi

Desempenho do PIB no início do ano deveu-se a “um dinamismo bastante concentrado na agropecuária” e muito disso, “graças à safra da soja”

Em análise sobre o resultado do Produto Interno Brasileiro (PIB) no 1º trimestre de 2023, que cresceu +1,9% em relação ao trimestre anterior, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) considerou que, apesar de surpreender muitos analistas, que esperavam um resultado menor, de +1,2%, “o quadro é menos favorável do que parece à primeira vista”.

De acordo com o Iedi, “em primeiro lugar, porque o mercado interno não se saiu nada bem. O consumo das famílias seguiu perdendo força, de modo a ficar em uma situação de quase estagnação, e os investimentos não só ficaram no vermelho pela segunda vez consecutiva, como quase triplicaram a intensidade de sua perda”.

O Instituto continua em sua avaliação afirmando que, pelo lado da oferta, “a indústria em seu agregado registrou seu segundo sinal negativo consecutivo. Na indústria de transformação, já são três trimestres seguidos de perdas na série com ajuste sazonal, trajetória esta que passou a ser apresentada também pela construção. O setor de serviços ainda resiste, graças a transportes e serviços financeiros, mas já não cresce como antes”.

O Iedi destaca que o bom desempenho do PIB no início de ano deveu-se a “um dinamismo bastante concentrado na agropecuária” e, muito disso, “graças à safra da soja”.

O PIB da agropecuária teve alta de 21,6% no

primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre do ano passado, já descontados os efeitos sazonais.

De acordo com o Iedi, “embora este resultado tenha relações diretas com as exportações do país, já que somos grandes exportadores de soja, principal alavanca do setor neste início de 2023, não foi o suficiente para evitar contração dos embarques totais do país, que recuaram -0,4%.

Assim, se a contribuição da demanda externa foi positiva no 1º trim/23 foi devido a uma forte redução de nossas importações, que chegou a -7,1%, influenciadas pelo arrefecimento da demanda interna (do consumo e investimento) e também pela situação adversa na indústria”.

Enquanto a agropecuária avançou, o PIB da indústria de transformação recuou -0,6% no mesmo período e está 2,5% abaixo do patamar do segundo trimestre de 2022, quando registrou sua última variação positiva.

“Também é o único setor que ficou no vermelho em comparação com o mesmo período do ano anterior: -0,9%, ou seja, muito aquém do PIB total do país, que nesta comparação registrou +4,0%”, assinala o Iedi.

FREIO MAIS INTENSO NOS INVESTIMENTOS

O Instituto destaca, ainda: “mais uma vez vemos que uma forte expansão da agropecuária não basta para dinamizar nossa economia interna”.

Em apenas 4 meses, pagamento de juros consome R\$ 227,6 bi de recursos públicos

Em um ano, o gasto do setor público com o pagamento de juros da dívida pública foi elevado em R\$ 170,1 bilhões, segundo o relatório de estatísticas fiscais do Banco Central (BC), divulgado nesta quarta-feira (31).

Com a decisão do Banco Central em manter a taxa de juros da economia (Selic) em 13,75% ao ano, a transferência de recursos públicos, via juros, aos bancos e rentistas atingiu a soma de R\$ 659,5 bilhões, no acumulado em doze meses até abril. Para o mesmo intervalo de meses de 2022, o gasto do setor público com o pagamento de juros foi

de R\$ 489,4 bilhões.

Em abril, o setor público gastou 45,8 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública. Com isso, só nos quatro primeiros meses de 2023, a transferência de recursos públicos para bancos somou R\$ 227,6 bilhões. De janeiro a abril de 2022, o governo central, Estados e estatais haviam pago R\$ 154,5 bilhões.

Gasto do setor público com juros nos últimos quatro meses, de acordo com dados do BC, em comparação com o mesmo mês de 2022:

· R\$ 45,8 bilhões em abril de 2023, recuo de 42,67% frente ao montante que foi

pago em abril de 2022 (R\$ 79,9 bilhões)

· R\$ 65,3 bilhões em março de 2023, uma alta de 112% frente a março de 2022 (R\$ 30,8 bilhões)

· R\$ 64,2 bilhões em fevereiro de 2023, aumento de 151% na comparação com fevereiro de 2022 (R\$ 26 bilhões)

· R\$ 52,3 bilhões em janeiro de 2023, alta de 193,8% em relação a janeiro de 2022 (R\$ 17,8 bilhões).

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/em-4-meses-pagamento-de-juros-consome-r-2276-bilhoes-de-recursos-publicos/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Wilson Dias/Agência Brasil

Para 91%, fake news trazem riscos Pesquisa do DataSenado aponta que 80% apoiam lei contra as fake news

De acordo com pesquisa feita pelo DataSenado, 80% da população brasileira é a favor de uma legislação para coibir a disseminação de fake news nas redes sociais.

E 72% dos brasileiros estão “muito preocupados” com a quantidade de notícias falsas que circulam nas redes, enquanto 20% estão “pouco preocupados”. Apenas 7% disseram que não se preocupam com esse tema.

A pesquisa ainda levantou que 91% avaliam que fake news trazem riscos para a sociedade e influenciam muito a opinião das pessoas.

O DataSenado, em parceria com o gabinete do senador Ângelo Coronel (PSD-BA), ouviu, entre os dias 9 e 10 de maio, 2.068 pessoas de 16 anos ou mais.

Pela pesquisa, 82% brasileiros ouviram disseram que as notícias falsas circulam mais nas redes sociais do que as verdadeiras e 58% admitiram que não é fácil saber quando se trata de fake news ou não.

O DataSenado apontou, ainda, que 80% afirmaram que uma legislação sobre o tema pode diminuir a quantidade de notícias falsas nas redes sociais. 19% não acham que uma lei pode ajudar no assunto.

Para o senador Ângelo Coronel, que foi presidente da CPMI das Fake News, a pesquisa demonstra a necessidade da aprovação do Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20), hoje tramitando na Câmara sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

“Se a gente não banir das redes sociais informações falsas e também postagens feitas por anônimos, não teremos condições nem ferramentas para combater as fake news”, afirmou Ângelo.

“Por isso é importante a aprovação desse projeto: para vedar contas anônimas e para que tenhamos regulação para tirar do ar, de imediato, postagem que venha a prejudicar a imagem de alguém”, continuou.

O PL 2.630 teve sua urgência aprovada na Câmara, mas ainda não foi colocado para votação.

RELATÓRIO

O relatório do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), além de criar mecanismos para reduzir a circulação de fake news, permite a responsabilização das redes sociais pela circulação de publicações criminosas, como mensagens racistas ou ataques à democracia.

O que diz o relatório de Orlando:

- obriga que provedores sejam representados por pessoa jurídica no Brasil;
- criminaliza a divulgação de conteúdos falsos por meio de contas automatizadas, as chamadas contas-robô;
- responsabiliza os provedores pelos conteúdos de terceiros cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento;
- determina que as plataformas digitais mantenham regras transparentes de moderação;
- determina a retirada imediata de conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes;
- estabelece remuneração pelo conteúdo jornalístico utilizado por provedores;
- estende a imunidade parlamentar às redes sociais;
- deixa claro que a liberdade de expressão é direito fundamental dos usuários dos provedores e que as proibições presentes não lei não podem restringir: o livre desenvolvimento da personalidade individual; a livre expressão; e a manifestação artística, intelectual, de conteúdo satírico, religioso, político, ficcional, literário ou qualquer outra forma de manifestação cultural.

Embaixada da China no Brasil rebate provocações de Nichols: “São ridículas e infundadas”

O ministro-conselheiro Li Qi, porta-voz da embaixada chinesa em Brasília, rebateu na quinta-feira (1) as declarações feitas recentemente por altos funcionários dos EUA sobre as relações da China com o Brasil. Além do Brasil, o gigante asiático tem estreitadas relações com mais de 20 países latino-americanos, sobretudo com a Nova Rotã da Seda.

Brian A. Nichols, secretário-adjunto de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, esteve no Brasil e tentou criar desconfiças entre os brasileiros e o seu principal parceiro comercial. Segundo Nichols, os projetos de infraestrutura chineses seriam “enganosos”, de baixa qualidade, estariam ligados a esquemas de corrupção e seriam prejudiciais ao crescimento econômico dos países parceiros.

Para o diplomata chinês, as declarações do representante da Casa Branca “são infundadas e ridículas, tendo como objetivo difamar a cooperação econômica externa da China e minar as relações amistosas e cooperativas entre a China e o Brasil e outros países da América Latina”. “Manifestamos forte insatisfação e veemente repúdio a essas declarações”, disse o diplomata chinês.

“A parceria entre a China e os países da América Latina, incluindo o Brasil, se baseia em respeito mútuo, igualdade, benefício recíproco, abertura e transparência”.

“Cabe ao Estado defender a indústria nacional”, diz Lula

Ricardo Stuckert/PR



Lula na visita à fábrica da Eletra na sexta-feira, dia 2 de junho, no ABC

Jair entregou e garimpo ilegal se esbaldou usando a internet do bilionário Elon Musk

Em maio de 2022, Jair Bolsonaro (PL) ofereceu ao bilionário norte-americano Elon Musk, dono da Starlink, a região amazônica para exploração de serviços de internet. Na época, Bolsonaro encheu a bola do serviço oferecido pelo bilionário americano e disse que ele poderia também controlar o desmatamento na região.

O ex-mandatário fez isso após atacar o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o órgão brasileiro responsável pelo controle de desmatamento na Amazônia e em outros biomas. Disse que o americano faria melhor o serviço de fiscalização da Amazônia.

Nos salamaleques feitos em homenagem ao picareta americano, Bolsonaro anunciou que o bilionário se comprometia a levar internet para 19 mil escolas do Amazonas. Até o momento, segundo reportagem do site UOL, a empresa de Musk só levou internet a três escolas estaduais no

Amazonas.

As antenas foram doadas em setembro do ano passado como uma “demonstração do serviço” da Starlink, mas não houve novas instalações na rede de ensino desde então.

O que Elon Musk fez mesmo na região foi equipar o garimpo ilegal e o crime organizado. Antenas da Starlink têm sido apreendidas em operações de fiscalização das atividades criminosas. Elas podem ser compradas em grupos de garimpeiros no WhatsApp e no Facebook.

O garimpo tem abandonado a comunicação via rádio devido ao acesso crescente à internet, segundo os fiscais. De acordo com essas fontes, o garimpo monitora constantemente a presença dos órgãos ambientais nas áreas protegidas.

Além de não haver nenhuma regulação da operação da empresa no Brasil, que nem sede no país tem, o uso de seus satélites tem ajudado o crime orga-

nizado. A velocidade na comunicação dos garimpeiros tem aberto brechas na fiscalização. No início do ano, por exemplo, o governo instalou um cabo de aço sobre um rio na Terra Indígena Yanomami para controlar o trânsito fluvial. Em maio, esse cabo se rompeu e, na mesma noite, barcos clandestinos passaram pelo local.

E para piorar, revendedores não autorizados da Starlink praticam preços mais altos que o oficial. No site da empresa no EUA, a antena é vendida a partir de R\$ 1 mil e a mensalidade sai a partir de R\$ 184, mas nos grupos chega-se a cobrar mais de R\$ 8 mil pelo equipamento.

A venda paralela é mais cara, entre outros motivos, porque permite o uso no exterior. Hoje a Starlink não faz entregas para Venezuela, Suriname e as Guianas, mas garimpeiros brasileiros levam as antenas a estes países, onde é possível acessar o sinal normalmente.

Mauro Cid confirma à CGU que Bolsonaro queria embolsar as joias árabes milionárias

O ex-ajudante de ordens e “faz-tudo” de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, prestou novo depoimento nesta quinta-feira (1). Desta vez, ele falou à Controladoria-Geral da União (CGU). O “ajudante” confirmou que o “chefe” pediu a ele para reaver as joias sauditas apreendidas pela Receita Federal.

Em seu depoimento, Cid contou que o ex-chefe do Executivo queria reaver as peças retidas pela Receita. A versão foi de que Bolsonaro “pediu e não ordenou” que ele retirasse as joias. Para os especialistas, não há a menor diferença, neste caso, entre pedido e ordem, já que as tentativas de retirada das joias eram todas ilegais, tenham sido elas pedidas ou ordenadas.

Segundo Cid, Bolsonaro informou a ele, em meados de dezembro de 2022, sobre a existência de um presente retido pela Receita Federal e pediu que ele checasse se era possível “regularizar” os itens. O termo “regularizar”, no caso, seria o mesmo que embolsar as joias milionárias. Elas foram retidas quando membros do governo tentavam introduzi-las ilegalmente no país.

Mauro Cid relatou que, em seguida ao “pedido” de Bolsonaro, entrou em contato com Júlio César Vieira Gomes, então secretário especial da Receita. O objetivo era pressionar o chefe da Receita, já que os fiscais já haviam orientado o

governo sobre como se devia proceder para regularizar a entrada das joias no país.

Gomes confirmou que havia um pacote retido e que já havia um pedido de liberação dos itens datado de novembro de 2021, em nome do ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Cid afirmou que Júlio César o orientou sobre como deveria ser feito o documento para solicitar à Receita a retirada do presente. Os fiscais, mesmo pressionados pelo chefe da Receita, não cederam e não permitiram que as joias fossem retiradas ilegalmente.

O pacote de joias havia sido retido pela Receita Federal no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Os objetos estavam escondidos na mochila de um assessor do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que tentava introduzi-los clandestinamente no país.

Ao ser descoberto tentando entrar criminosamente no país com as joias, o ministro alegou que o pacote era um presente do governo saudita para a primeira-dama do país. Ainda no aeroporto, ele foi orientado como deveria proceder para oficializar a entrada das joias no país, mas, o ministro se recusou a fazê-lo.

Após este episódio, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, disse que não sabia de nada. Jair Bolsonaro fez oito tentativas de retirar as joias sem cumprir as determinações legais orientadas pelos fiscais da Receita. Até no último dia de seu governo, o chefe do Executivo tentou intimidar funcionários da Receita para liberar ilegalmente as joias. Em todas essas tentativas de Bolsonaro de embolsar as joias, avaliadas em R\$ 16,5 milhões, Mauro Cid esteve envolvido.

Marcos Corrêa/PR



Jair e seu ajudante de ordens, Mauro Cid

“Atacaram a indústria nacional de todas as maneiras. Diziam que quem não tem competência não se estabelece. Que era melhor comprar do estrangeiro do que fabricar aqui dentro”, denunciou Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na sexta-feira (2) da inauguração de uma nova linha de produção de ônibus elétricos, em São Bernardo do Campo. Ele defendeu a indústria nacional e enfatizou que o Estado tem que defender a produção e os empregos do país.

Lula discursou durante a solenidade de inauguração das novas instalações da fábrica de ônibus Eletra Tecnologia de Tração Elétrica, empresa brasileira líder em transporte público sustentável, com sede no ABC paulista.

Em seu discurso, Lula denunciou o processo de desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil.

“Atacaram a indústria nacional de todas as maneiras. Diziam que quem não tem competência não se estabelece. Que era melhor comprar do estrangeiro do que fabricar aqui dentro. O resultado é que hoje a indústria que já foi 30% do PIB está em 11% do PIB”, denunciou o presidente.

“Todas as nossas indústrias de autopeças fecharam. A Metal Leve, uma empresa extraordinária, de um empresário extraordinário, foi vendida”, assinalou o chefe do Executivo federal.

A Eletra inaugurou um novo prédio de 27 mil metros quadrados, localizado na Via Anchieta, com capacidade para produzir 150 ônibus elétricos por mês ou até 1,8 mil por ano. A ampliação das instalações faz parte de um plano de investimento de R\$150 milhões.

Lula parabenizou a iniciativa dos criadores da fábrica e disse que daqui a algum tempo “virão empresas estrangeiras e vão dizer que o veículo estrangeiro é melhor que o nacional, etc.”. “Nessa hora é que há a importância do Estado. Cabe ao Estado defender a indústria nacional”, destacou o presidente.

Ele chamou a atenção para a importância do “Estado investir e garantir a indústria brasileira competitiva frente ao mercado internacional”.

O presidente Lula disse também que no começo é sempre muito difícil para a indústria. “O ônibus elétrico é muito mais caro que um ônibus normal. Mas no funcionamento, ele vai custar 73% a menos que um

Quem depor e mentir na CPMI do Golpe irá preso, adverte Eliziane

A relatora da CPMI do Golpe, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), disse que vai investigar o incentivo e o financiamento do movimento que negava o resultado das eleições e que será preso quem mentir nos depoimentos.

“Se tiver falso testemunho na CPI, pedido de prisão será feito. Nós não vamos aceitar avacalhar os trabalhos da comissão. E eu, como relatora, não vou aceitar achar que vem para a comissão tripudiar ou tentar manipular ou instrumentalizar o colegiado”, afirmou em entrevista ao jornal O Globo.

Ela informou que o plano de trabalho da comissão será apresentado na próxima terça-feira (6).

Eliziane falou que é “muito cedo” para confirmar se o ex-presidente Jair Bolsonaro vai ser convocado. “Vamos apresentar nosso plano de trabalho, se a gente vir que há necessidade de chamarmos o ex-presidente, vamos chamar”.

“Vamos fazer uma relação das falas dele [Bolsonaro] e, ao mesmo tempo, entender melhor como se deu esta conversação dele, o envolvimento dele com pessoas que podem estar diretamente ligadas ou não ao processo do 8 de janeiro”, explicou.

“Vamos buscar financiadores. Qual a relação desses financiadores com quem estava ocupando os espaços da Presidência da República? As quebras de sigilo, as oitivas que

ônibus a diesel. Por isso, cabe ao Estado brasileiro garantir a sobrevivência da indústria nacional”, lembrou o chefe do Executivo.

“É preciso fazer isso para que a gente possa ser competitivo com o mundo exterior. Então, se nós temos que comprar alguma coisa, temos que privilegiar o produto brasileiro, que gera empregos no Brasil”, acrescentou o mandatário.

“Na negociação Mercosul/ União Europeia, os europeus querem que o governo brasileiro abra as compras governamentais para os seus produtos e serviços, mas nós não vamos fazer isso. Se eles não aceitarem a posição do Brasil, não tem acordo. Porque nós não podemos abdicar das compras governamentais que são a oportunidade das pequenas e médias empresas sobreviverem no Brasil”, garantiu o presidente da República.

Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, também participou da solenidade junto com outros ministros. Ela destacou os avanços do Governo Federal para a educação, pesquisa e inovação. Citou, especificamente, a reativação do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, antes ignorado pela administração federal. “Vamos ter agora R\$ 10 bilhões para a ciência e a tecnologia. O Brasil voltou, a ciência voltou, viva o povo brasileiro, viva as universidades do Brasil”, saudou.

“Mais de 95% da produção científica se dá na universidade e nos institutos de pesquisa. Por isso, nós não consideramos as universidades um lugar de balburdia. Muito pelo contrário, consideramos um espaço de excelência e produção de conhecimento”, prosseguiu a ministra Luciana, ao fazer referência à forma como as universidades brasileiras foram tratadas durante o desgoverno Bolsonaro.

Além da ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, Lula estava acompanhado dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; da Educação, Camilo Santana; das Mulheres, Cida Gonçalves; dos Portos e Aeroportos, Márcio França; dos Transportes, Renan Filho; Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; e do Trabalho, Luiz Marinho.

foram solicitadas vão nos dizer isso”, acrescentou.

“O que foi a invasão na sede dos Três Poderes? E uma invasão em Casas que representam a República brasileira. Subentendem que estava em curso claramente um ato golpista caracterizado pelo incentivo e pelo questionamento do processo eleitoral”, continuou.

A senadora Eliziane Gama disse que conta com o “envolvimento da população que nos ajudará a chegar nos financiadores, nos autores”. “Que são os pontos-chaves”, acentuou.

Para ela, a oposição ao governo tem como “ponto fundamental” uma “narrativa, não o fato concreto”.

Os parlamentares bolsonaristas tentam “dizer que o próprio governo planejou uma invasão de sua própria sede”. “O fato concreto é que vai dizer. Eu estou muito certa de me blindar dessas narrativas. A relatoria tem que ter uma visão muito imparcial e concreta. Temos de trabalhar com dados, elementos, não com memes e laceração”, observou a senadora.

Ela rejeita a narrativa da oposição de que foram pessoas infiltradas que começaram a invasão e a depredação, e não os apoiadores de Jair Bolsonaro.

“Estamos num momento de rede social tão intensa, de facilidade de acesso ao perfil de uma pessoa, que se tivesse, naturalmente, já seria de conhecimento público”, argumentou.

Senado aprova PL da igualdade salarial entre mulheres e homens

Entidades do movimento de mulheres celebraram a “conquista histórica das brasileiras” e defendem reforço na fiscalização. Texto segue para a sanção presidencial

O projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres (PL 1.085/2023) foi aprovado nesta quinta-feira (1º) pelo Plenário do Senado. A proposta define novos mecanismos de transparência e fiscalização sobre o tema, além de penalidades para as empresas que discriminarem seus trabalhadores por questões de sexo, raça, etnia, origem ou idade.

De autoria do Poder Executivo, a proposta, que já passou pela Câmara dos Deputados, foi apresentada pelo presidente Lula em 8 de março, durante a celebração do Dia Internacional da Mulher. O texto segue agora para a sanção presidencial.

A conquista histórica das mulheres brasileiras é fruto de muitos anos de luta dos movimentos sociais pela garantia de igualdade de direitos. Entidades de mulheres e integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher participaram da mobilização no Senado pela aprovação do PL.

Gláucia Morelli presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) comemorou a aprovação do projeto e destacou o histórico desta luta.

“Esse é um marco na nossa trajetória, na trajetória de luta das mulheres brasileiras. Porque enquanto os direitos das mulheres trabalhadoras não forem respeitados, os outros direitos das mulheres virão muito mais devagar. E esse direito básico, que é ter o seu trabalho autorizado, quando feito no mesmo local de trabalho e com igual capacitação, era inadmissível a gente continuar sem ele depois de 80 anos de CLT do glorioso Getúlio Vargas e da luta das mulheres trabalhadoras também, já naquela época 80 anos atrás e, depois da gloriosa constituinte de 88. Lutamos e está valendo a pena”, afirmou Gláucia em entrevista à Hora do Povo.

A presidente da CMB resalta que a luta agora será pela regulamentação do projeto de lei, garantindo a fiscalização das empresas. “Com essa lei, um novo tempo para o desenvolvimento do Brasil e pra libertação econômica do Brasil também vai acontecer, porque as mulheres daqui pra frente vão trabalhar com muito mais vontade do que já tem. E olha que nós pouca vontade não nós temos muita! viva o Brasil e as mulheres”, destacou Gláucia.

Vanja Santos, presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) também celebrou a conquista. Ao HP, ela destacou que, apesar dos direitos já estarem garantidos na CLT, a aprovação do PL traz outra a “expectativa de que essa lei não seja apenas uma lei de letras mortas”.

“Pra que essa lei realmente passe a valer tem que ter um esforço conjunto de toda a sociedade brasileira. Não apenas das instituições sejam elas públicas, privadas, mas a vigilância da sociedade, das mulheres no seu cumprimento. Assim também como para que essa lei possa realmente ser efetiva nós temos que ter um conjunto de políticas públicas, temos que ter equipamen-

tos sociais, que permitam que as mulheres realmente possam exercer as suas profissões”, disse.

Vanja apontou que “hoje nós temos que cuidar da casa, estudar, trabalhar, cuidar dos filhos e precisamos ter equipamentos sociais como lavanderias públicas, restaurantes comunitários, creche, a creche que a gente precisa eh pro futuro, não apenas simplesmente creche, mas creche pra atender a diversidade de necessidades nós temos hoje, assim também como o licenciamento maternidade, paternidade”, destacou.

“Essa questão da licença de pais e mães é necessária pra mostrar que o cuidado da família, o cuidado dos filhos ele não é questão apenas da mãe. Mais do que nunca l, hoje a gente tem que trabalhar culturalmente pra que os homens exerçam seus papéis de cuidadores da sua família também”, apontou.

Para a líder do movimento feminino, “esse é o conjunto de questões que a gente tem que avançar pra que possam garantir essas política de enfrentamento a ao machismo, ao patriarcado, que são culturais”.

Para ela, a aprovação da lei hoje, é uma quebra de paradigmas. “Quando a gente vê hoje o governo patrocinando um projeto de lei como esse e o Ministério da Mulher atuando no sentido de fazer aprovar porque a União Brasileira de Mulheres é do Conselho Nacional do Direito da Mulher e a ministra convidou a todas as conselheiras pra estarem lá fazendo pressão na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Economia, pra que pudesse ser aprovado, isso aí quer dizer que esse governo está comprometido com essas políticas que podem melhorar a vida das mulheres e trabalhar e trabalhar a igualdade”.

“Agora a gente vai num esforço de fazer essas garantias em todas as frentes, porque as políticas voltadas pra melhoria da população brasileira, as políticas elas tem que ser, elas são lineares, elas são transversais e a gente tem que ir lutando em cada campo, né? Pra ir tensionando essa mudança social, que é possível”, concluiu Vanja.

Dirigente da Federação das Mulheres Paulistas (FMP), Karina Sampaio, ressaltou que as entidades de mulheres “sempre mantiveram esta luta no centro”.

“É uma grande vitória para as trabalhadoras! A FMP e CMB que defendem a emancipação das mulheres através do acesso ao trabalho, sempre mantiveram esta luta no centro. Depois de 4 anos duríssimos em que nossos direitos sofreram todo tipo de ataque, é uma alegria muito grande poder comemorar essa vitória pela qual lutamos tanto. Esperamos que signifique novos tempos de conquistas concretas na vida das mulheres brasileiras!”, destacou a diretora da FMP

Histórico defensor da igualdade entre homens e mulheres, o senador Paulo Paim (PT-RS), também destacou a importância do texto aprovado.

Inpe registra nova redução de 22% no desmatamento na Amazônia em maio

O desmatamento caiu na Amazônia em maio em comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A queda foi de 22% em relação ao mesmo mês do ano passado. Em 2022 foram 899 km² com alertas de desmatamento no mês de maio. Este ano, entre o dia 1º a 26 de maio foram 694km² a menos.

Os dados do INPE mostram que o desmatamento na Amazônia Legal vem caindo desde o início do ano.

Em janeiro, primeiro mês do governo Lula, o INPE registrou uma queda de 61% no desmatamento na região.

Segundo os dados do instituto, o acumulado de alertas de desmatamento em janeiro de 2023 na Amazônia Legal foi de 167 km², a quarta menor marca para o mês na série histórica do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que começou em 2015.

No ano passado, o índice chegou a 430 km² no mesmo mês. Assim, a queda em relação ao mesmo período de 2022 foi de 61%. A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e engloba a área total de 8 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão.

Em abril em comparação com o mesmo mês de 2022, também houve uma queda substancial no desmatamento. O sistema Deter -B, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostrou que o desmatamento na Amazônia caiu 67,9% e atingiu a menor marca dos últimos três anos.

ACUMULADO JANEIRO/ABRIL
O Inpe também já havia apontado que no acumulado de janeiro a abril de 2023, na comparação com o mesmo período do ano passado o desmatamento também caiu.

No caso da Amazônia, a área perdida foi de 1.132,45 quilômetros quadrados (km²) este ano, número cerca de 41% menor do que o medido entre janeiro e abril do ano passado (1.967,69 km²), mas equivalente ao desmatamento ocorrido em 2021 (1.153,27 km²) e 2020 (1.204,15 km²).

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) também confirmou a queda entre janeiro e abril pela sua metodologia.

De acordo com o instituto, nos primeiros quatro meses de 2023, o desmatamento na Amazônia teve queda de 36% entre janeiro e abril deste ano, em comparação com o mesmo período de 2022. A destruição da floresta chegou a 1.203 km², ficando atrás apenas de 2021 e 2022.



Senadores e senadoras comemoram a aprovação do projeto da igualdade



Sob pressão do movimento de mulheres, PL foi aprovado nas Comissões do Senado

PF e Exército desmontam 100 acampamentos do garimpo ilegal em terra indígena do Mato Grosso

A Polícia Federal e o Exército realizaram na última semana uma operação contra o garimpo ilegal numa área indígena em Mato Grosso. Mais de 100 acampamentos de garimpeiros que invadiram uma terra indígena no estado foram destruídos.

Havia risco de confronto, mas quando as equipes se deslocaram de uma base improvisada numa cidade vizinha a Pontes e Lacerda, a 483 km da capital Cuiabá, onde o garimpo ilegal foi erguido, os invasores já haviam fugido. Agentes especializados em explosivos destruíram os equipamentos usados na exploração irregular. A região tem sido alvo de várias operações desde maio de 2020 contra desmatamento e garimpo ilegal.

A ação integra a 8ª fase da Operação Alfeu, que combate o garimpo ilegal na região há três anos. Além do trabalho de repressão, as investigações buscam identificar os financiadores do crime, que insistem em invadir as terras indígenas depois de cada operação.

Relatório do MapBiom apontou que a devastação provocada pelo garimpo ilegal dobrou nos últimos 10 anos, e passou de 99 mil hectares para 196 mil entre 2010 e 2021. O levantamento ainda mostrou ainda que a mineração industrial passou de 86 mil hectares de área invadida em 2001 para 170 mil hectares em 2021. Pará e Mato Grosso são os estados mais afetados pela destruição de floresta para a mineração.

A Terra Indígena Sararé, perto da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, tem pouco mais de 67 mil hectares e abriga o povo Nambikwara. A reserva preserva espécies do Cerrado brasileiro e é rica também em minerais, o que atrai garilheiros e outros criminosos que invadem a região atrás de ouro e madeira. De acordo com a polícia, além da destruição da mata, essas quadrilhas ameaçam indígenas e contaminam o meio ambiente.

“Pela estrutura encontrada no garimpo da mina, fica demonstrada a expertise dos garimpeiros, pois encontramos sistemas de ventilação, guinchos elétri-



PF e Exército desarticularam garimpo ilegal

cos para auxiliar na subida e descida dos equipamentos, e britadeiras elétricas”, diz o delegado da PF Rodrigo Vitorino, que atuou na operação.

Ao abrir a cratera, os invasores usam mercúrio para extrair o ouro. O metal pesado se espalha pelo solo e depois é transportado pela chuva e por córregos até os rios da região. Um impacto incalculável, apontam ambientalistas.

Segundo o Deter, sistema de alerta de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), nos últimos três anos, 250 hectares foram desmatados na Terra Indígena Sararé; 160 só em 2023 – quase tudo por causa do garimpo. “São áreas que não têm possibilidade de recuperação”, diz especialista.

“Fiscalizações como essas são fundamentais para dar um recado de que garimpeiro ilegal não é bem-vindo dentro da terra indígena”, completa Vinícius.

O professor do departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), José Sobreiro, explicou que há uma grande concentração de minérios em Mato Grosso e na Amazônia, o que atrai os garimpeiros, que se sentem à vontade para explorar em razão da falta de ação dos órgãos de segurança pública.

“São nessas áreas onde nós vemos a formação do latifúndio e do outro lado também o garimpo ilegal, porque você não tem fiscalização alguma pra isso. Por isso que a gente tem tanto roubo de madeira, tanta terra grilada, tanto garimpo ilegal e por aí vai. Quando a gente não tem

a presença do Estado é o latifundiário, o garimpeiro, o dono dos barrancos que são os seus próprios donos de certa maneira”. A declaração foi dada ao Correio Brasileiro no ano passado.

Durante a gestão de Jair Bolsonaro, a legislação ambiental foi afrouxada, os órgãos fiscalizadores tiveram suas funções esvaziadas e seus comandos entregues a pessoas como Ricardo Salles, que comandou o Ministério do Meio Ambiente até junho de 2021. Ele foi demitido depois virar alvo de investigação criminal por suposta atuação ilegal em favor de madeireiros.

A postura de Salles e de outros indicados de Bolsonaro possibilitou o avanço desenfreado de crimes diversos contra o meio ambiente. No governo Bolsonaro, grileiros, madeireiros e garimpeiros puderam agir à revelia da lei, livres da fiscalização e de responsabilização criminal.

No último ano do seu mandato, o garimpo ilegal cresceu 54% na Terra Indígena Yanomami. Os números constam em uma pesquisa realizada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Hutukara Associação Yanomami.

O levantamento apontou também que o desmatamento associado ao garimpo teve um teve uma explosão acumulada de 309% entre outubro de 2018 e dezembro de 2022. Na região, 5.053 hectares de terras destruídos no período relativo ao governo de Bolsonaro.



Sede da Ceitec em Porto Alegre

TCU arquiva processo e põe fim à desestatização da fábrica de chips Ceitec

O Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou o processo de liquidação da Ceitec, estatal federal dedicada à produção de chips, única na América Latina. O processo vinha sendo analisado desde 2021 após o governo Bolsonaro decidir pelo fechamento da empresa estatal, sediada no Rio Grande do Sul.

Porém, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a União mudou de posicionamento e o governo declarou que não tinha mais interesse na liquidação da estatal.

Apesar do desejo do ex-ministro da Economia Paulo Guedes em acabar com a Ceitec, o processo de liquidação esbarrou no TCU, que alegou que o governo ainda não havia conseguido comprovar o interesse público no fechamento da empresa.

Com a mudança de governo, em janeiro de 2023, houve um pedido para retirada da empresa do Plano Nacional de Desestatização (PND), o que justificou o arquivamento do caso no TCU por “perda de objeto”. O relator do caso no tribunal era o ministro Vital do Rêgo.

“Considerando a reversão dos procedimentos de desestatização da empresa, cabe declarar a perda de objeto dos presentes autos e arquivar o processo, sem prejuízo de esclarecer que as medidas adotadas para reestabelecimento das atividades da Ceitec podem ser objeto de avaliação em outros processos desta Corte”, diz o TCU.

SUCATEAMENTO

Os dois anos em que a estatal ficou em processo de liquidação, durante o governo Bolsonaro, causaram muitos problemas em projetos que estavam em desenvolvimento. Além disso, a empresa perdeu quase 95% dos seus engenheiros e projetistas de chips. Grande parte do quadro de especialistas migrou para fabricantes internacionais e a retomada do desenvolvimento será um desafio para o próximo período.

O governo Lula não instaurou um grupo interministerial chefiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para desenvolver um plano de desenvolvimento dos semicondutores no Brasil.

Trabalhador da Ceitec e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre Edvaldo Muniz, celebrou o arquivamento do processo pelo TCU. “É uma vitória importante da Ceitec e do país, pois o TCU já havia identificado várias irregularidades nesse processo de liquidação, iniciado no fatídico governo anterior”.

Ele salienta que a decisão “é também uma vitória importante dos trabalhadores da Ceitec, que não desistiram em nenhum momento de lutar pela manutenção da empresa. Mas nós podemos baixar a guarda, até sairmos definitivamente do processo de liquidação. A partir daí, a retomada da empresa deve ser pensada num modelo que preserve o patrimônio público nessa área estratégica, que pode trazer inúmeros benefícios para a população, reduzindo a dependência externa do Brasil na área de semicondutores”.

Ministro cobra redução do preço das passagens aéreas após a queda no preço do querosene

Na última sexta-feira (2), em visita oficial em Campina Grande, na Paraíba, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou a cobrança para a redução dos valores das passagens aéreas no Brasil.

“Nós vamos cobrar também de forma muito vigorosa das empresas aéreas que isso chegue na ponta. Porque não basta um esforço nosso na diminuição dos preços dos combustíveis, se essas diminuições forem capturadas na cadeia, ela tem que chegar na ponta, tem que chegar na bomba, tem que chegar na passagem aérea”, disse.

Para que essa mudança nos valores chegue até a população, o ministro conta com a mediação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP).

A insistência na baixa dos preços acompanha, na lógica do governo, as reduções nos preços dos combustíveis usados a gasolina comum, que não são como a gasolina comum, por exemplo, mas também são distribuídos pela Petrobrás.

“Anunciei há poucos dias junto com o presidente da Petrobrás a mudança da política de preços do governo e também da Petrobrás [...]. E nós tivemos ali já um avanço na redução do preço do diesel, na redução do preço da gasolina. Agora nós estamos cobrando fortemente das petroleiras nacionais que também apresentem uma mudança do preço. Ontem nós já tivemos uma resposta, 14% de redução, o que vai impactar aí agora”, continuou.

O ministro também afirmou que vai encaminhar um projeto de lei para aumentar o desconto da tarifa social nas contas de energia da população.

A tarifa social oferece desconto nas contas de luz das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, o maior desconto, de 65%, é apenas para residências que gastem até 30 kw/h.

Silveira ainda citou que Norte e Nordeste pagam uma das contas mais caras do Brasil. “O consumidor que continua regulado pelas distribuidoras, que não teve a condição econômica de sair e gerar a sua própria energia, paga uma das contas mais caras do Brasil, principalmente do Norte e Nordeste brasileiro. (...) precisamos inverter essa lógica”, argumentou Silveira.

Golpe de Bolsonaro atingiu estrutura sindical e proteção aos trabalhadores

Proposta das centrais deixa em 2º plano os direitos extirpados no governo Bolsonaro

Está marcado. Dia 3 de julho, as centrais sindicais, representantes do empresariado e do governo federal voltam a se reunir com objetivo de discutir as propostas apresentadas pelas centrais de mudanças na estrutura sindical brasileira. No dia 23 de maio, as entidades entregaram ao governo e aos empresários – na primeira reunião do Grupo de Trabalho Tripartite sobre Relações Trabalhadoras, instituído pelo presidente Lula – um conjunto de propostas para uma polêmica reforma sindical. As propostas apresentadas se mantêm na mesma direção das que, quando se tornaram públicas, em fevereiro passado, foram muito criticadas por centrais e confederações que estavam excluídas das discussões.

A proposta entregue pelas centrais, nesta primeira reunião do grupo de trabalho, deixou em 2º plano os direitos dos trabalhadores extirpados por Bolsonaro, numa reviravolta em relação à ideia original, e se concentra no afastamento da presença do Estado nas relações sindicais. Para refrescar a memória, a dupla Temer/Bolsonaro mudou mais de 100 artigos da CLT, tirando direitos dos trabalhadores tais como a instituição do trabalho intermitente, em que o trabalhador fica à disposição do patrão, sendo que só recebe pelas horas trabalhadas, jornada de doze horas, almoço de meia hora, a terceirização da atividade-fim, entre outras barbaridades.

O golpe principal da dupla Temer/Bolsonaro foi no terreno da estrutura sindical e na rede estatal de proteção aos direitos trabalhistas. Temer acabou com a contribuição sindical (desconto de um dia de trabalho por ano de cada trabalhador). Segundo registros do Ministério do Trabalho, a arrecadação das entidades sindicais caiu 90% e o número de trabalhadores sindicalizados caiu de 18 milhões para 12 milhões.

A reforma do Bolsonaro obstruiu o acesso à Justiça Trabalhista desde que o trabalhador passou a ter que arcar com as custas do processo, no caso de ter sido rejeitada sua reclamação. Já havia fechado o Ministério do Trabalho (MT). Estabeleceu que o acordo individual está acima do acordo coletivo, acabou com a obrigatoriedade das homologações serem feitas com a presença do sindicato, acabou com a ultratividade, que garante a validade do acordo anterior enquanto não se chega a um novo acordo.

Moacyr Auersvald, presidente da Nova Central, disse à Revista Brasil de Fato que “temos que bater em pontos que nos deem a possibilidade de melhorar a situação, e não colocar em risco as garantias que a gente tem hoje”. Para Moacyr, “nessas reformas a gente tem um certo receio porque o presidente Lula não tem maioria dentro do Congresso hoje. A gente não sabe como entram e como saem as coisas”, declarou. O presidente da Nova Central considera o terreno atual inseguro para que as centrais se lancem a esse tipo de iniciativa.

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), alertou, no jornal da entidade, “que é preciso corrigir o grave desequilíbrio entre o capital e o trabalho trazido pela Lei 13.467, de 2017, da reforma trabalhista”. Adilson enfatizou ainda que “isso só será possível com a revisão de pontos que seguem impondo dificuldades para a negociação coletiva a exemplo do fim da ultratividade, assim como o pleno direito do custeio material das entidades sindicais”.

Na campanha eleitoral, a primeira manifestação de Lula foi pela revogação pura e simples da reforma trabalhista, iniciada por Temer e feita por Bolsonaro. A ideia evoluiu para constituição de um grupo de trabalho, tripartite, que estabelecesse consensos sobre a questão, para que o governo encaminhasse ao Congresso um projeto de lei.

Clemente, assessor do Fórum das Centrais, articulador e escriba do projeto, em palestra no Rio Grande do Sul, definiu de outra forma a proposta: “Menos Estado regulando como a negociação acontece”, “como o sindicato se organi-

za”, e “mais autonomia para que os trabalhadores e as empresas se organizem para fazer o processo de negociação” e “organizem o sistema de negociação com menor interferência do Estado”.

É tudo o que a maioria do movimento sindical brasileiro receia. Crescidos e educados na cartilha Getulista, os sindicatos entram na negociação estribados na CLT e na Justiça do Trabalho. Os direitos conquistados são garantidos pela vigilância do sindicato (que, durante quase 100 anos, teve a contribuição sindical recolhida pelo Estado), do Ministério Público do Trabalho, dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho. A unicidade sindical, garantida em lei, atrai o trabalhador para o sindicato e determina que os benefícios do acordo se estendam a toda categoria. O sindicato ainda tem o apoio de federações e confederações nas negociações.

Assim é o sindicalismo brasileiro de raiz, diferente do sindicalismo da Alemanha e da Inglaterra, admirado por parte de nossa elite sindical. O Brasil é um país dependente, explorado pelos monopólios estrangeiros e rentistas. O Estado Nacional tem sido, na maioria das vezes, uma barreira aos predadores. Tudo isso ajuda que o desequilíbrio capital x trabalho seja menos acentuado. Além do que, essa conversa de Estado mínimo não é bom nem para o empresário nacional e muito menos para o trabalhador.

A 1ª versão do projeto, maquiado em janeiro – intitulada “Projeto de fortalecimento da negociação coletiva” e com subtítulo “Diretrizes e estratégia para a atualização do sistema de relações do trabalho e do sistema sindical” –, foi articulada por três centrais, a CUT, a Força Sindical e a UGT, sem a devida discussão com as restantes. Essa 1ª versão era mais ampla, mais definida e mais sincera que a atual (que é mais genérica, mais resumida e mais enrustida). Deixava claro que o mais significativo era tirar o Estado, a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho da jogada, substituindo-os por um conselho de autorregulação.

Em segundo lugar, colocava as centrais no centro das negociações, no lugar dos sindicatos. Por último, ao estabelecer índices de representatividade para o sindicato poder falar em nome da categoria, instalar a concorrência em lugar da solidariedade e da unidade. Sem falar na tentativa de enquadrar as confederações e federações para serem absorvidas no corpo das centrais.

A primeira edição do projeto exclui o Estado em linguagem complicada e propõe a “autonomia para organização dos trabalhadores (e) das empresas do sistema de relações de trabalho, sem interferência do Estado”. A seguir fala na “autorregulamentação para definir as regras e a forma de funcionamento do sistema de relações do trabalho entre as partes interessadas”.

A centralidade nas negociações das centrais se manifesta assim: “Prevalência da convenção nacional/setorial sobre acordos por empresa” ou “coordenação entre os níveis de negociação; nacional, setorial, por empresa”. Como também... “Comando (nacional ou setorial ou regional – articulação política formalizada para a negociação coletiva, mas sem caráter de agregação formal”.

A janela fica aberta para o pluralismo sindical europeu na questão do índice necessário para o sindicato ser sindicato: “São atribuições do Conselho de Autorregulação: – Aferir a representatividade das entidades”.

O fim das federações e confederações como entidades autônomas é também sugerido: “Federações e confederações, mantidas como parte da estrutura sindical no período de transição de 10 anos, tendo critério de agregação e de mensuração de representatividade e de representatividade” ou “quando fizer parte da organização de uma central sindical, sua existência e funcionamento depende da forma autônoma de organização da central”.

CARLOS PEREIRA

(Leia a íntegra da matéria em horadopovo.com.br)



Centrais sindicais preparam jornada de manifestações contra os juros altos do BC

As centrais sindicais e movimentos sociais organizam uma jornada de lutas entre os dias 16 de junho e 2 de julho contra a alta dos juros e a política monetária do Banco Central. O Comitê de Política Monetária do BC (Copom) se reúne nos próximos dias 20 e 21 de junho para definir a taxa de juros que incidirá sobre a economia do país.

Na última reunião, o Copom decidiu manter a taxa em 13,75%, o que foi repudiado pelas centrais. “Uma taxa de juros a 13,75% frustra qualquer projeto de crescimento econômico”. “A política monetária, capitaneada pelo Banco Central, agora independente, conspira abertamente contra a recuperação da economia, perpetuando a estagnação”, afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

Para a CUT, a postura do Copom de manter os juros nas alturas “é inexplicável e inaceitável”. “Governo e empresários do setor produtivo, as centrais sindicais e parlamentares têm feito forte e justa pressão pela redução da taxa Selic, mas o Banco Central abusa de seu forte atrelamento ao sistema especulativo e financeiro e insiste em boicotar as iniciativas governamentais para criar condições para o consumo voltar a crescer e as empresas terem créditos mais baratos para produzirem mais, empregarem mais e fazerem a economia voltar a crescer”, afirma a central.

As entidades destacam “a importância de uma jornada massiva contra as altas taxas de juros e a política imposta pelo banco central na figura de Campo Neto” e preparam, entre as atividades da jornada, um dia nacional de mobilização com atos de rua, nas fábricas e panfletagens já no dia 16. Participaram da reunião preparatória da jornada as centrais CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, UGT, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e entidades dos movimentos sociais.



GM suspende produção por dez dias em fábrica de São José dos Campos

Em assembleia, metalúrgicos aprovam “luta em defesa dos empregos”. Foto: Sindmetalsjc

A General Motors (GM) vai suspender por 10 dias parte de sua produção na fábrica de São José dos Campos. A suspensão, entre os dias 12 e 23 de junho, atingirá cerca de 2.700 trabalhadores que atuam na fabricação do carro “picape S10”.

A medida, chamada de dayoff – quando trabalhadores permanecem em casa de forma remunerada – acontece dois meses após férias coletivas e demissões na unidade, que resultaram em greve dos trabalhadores pela manutenção dos postos de trabalho.

Ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a direção da GM justificou a medida apontando queda na produção picape S10. “Se existe queda na produção, a GM tem de se reunir com o Sindicato e buscar alternativas que não atinjam os trabalhadores. Os metalúrgicos da fábrica estão mobilizados e irão à luta contra qualquer medida que leve à perda de direitos ou

empregos”, afirmou o vice-presidente do Sindicato, Valmir Mariano.

Na manhã desta quinta-feira (12), o Sindicato realizou uma assembleia na porta da fábrica na manhã e, de acordo com a entidade “os trabalhadores estão dispostos a irem à luta em defesa dos empregos”.

No último dia 26, o governo federal anunciou um pacote de medidas de ajuda às montadoras, no sentido de estimular a queda no preço dos carros novos no Brasil e assim impulsionar as vendas. A redução no preço final dos carros se dará por meio de desconto nos impostos federais (PIS, Cofins e IPI) para veículos abaixo de R\$ 120 mil.

Mas as montadoras insistem em atuar em total alheamento à realidade do país, em crise econômica e com juros nas alturas, como afirmou recentemente o próprio presidente Lula: “A fábrica de automóveis não está vendendo bem, mas qual pobre pode comprar um carro popular de R\$ 90 mil?”, questionou.



Centrais entregam a ministro proposta que garante direitos básicos aos trabalhadores por aplicativos

Centrais sindicais e entidades que representam trabalhadores por aplicativos se reuniram na quinta-feira (12), em Brasília, com o ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, para debater as relações de trabalho em plataformas digitais e regulamentação do setor.

No encontro, as centrais CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central, CSB, Pública, CSP-Conlutas e Intersindical Central da Classe Trabalhadora entregaram ao ministro uma proposta com 12 diretrizes para regulamentar o trabalho no setor e, em especial, enfrentar a precarização e garantir direitos aos trabalhadores da categoria.

O documento foi elaborado após ampla discussão e consulta das centrais com as entidades e lideranças da categoria em todo o Brasil.

A proposta das centrais será encaminhada à “mesa de negociação” tripartite do Grupo de Trabalho (GT) com representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas, criado pelo governo Lula para discutir e elaborar a regulamentação do setor de serviços executado através das plataformas tecnológicas. A instalação do “Grupo de Trabalho” vai acontecer no próximo dia 5.

“São trabalhadores e trabalhadoras que sofrem muito no dia a dia, são explorados, não têm jornada de trabalho definida nem Previdência Social nem seguro. Precisamos oferecer dignidade, segurança e direitos para quem está nesta vida e suas famílias”, afirmou

Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

“Nossa luta é garantir que tenham condições de trabalho decente”, afirmou o presidente da CUT, Sérgio Nobre. Conforme ressaltou o sindicalista, “é indigno como esses trabalhadores atuam de forma precária, desprotegida, sem sindicato e sem direitos. Isso é inadmissível, é um crime no Brasil, que precisa acabar”.

Para Sérgio Nobre, é importante que o trabalho desse Grupo de Trabalho, desmembre na construção de um possível Projeto de Lei. Mas, segundo sua avaliação, “a possibilidade de aprovação de proteção do trabalhador com esse Congresso é muito difícil”.

“Muita coisa da proteção, que, inclusive, é conquista dos sindicatos, a gente poderia universalizar como outro instrumento, como um contrato nacional fechado com as empresas, um acordo marco regulatório das relações e que não tenha que passar pelo Congresso. Isso é algo que deveríamos considerar na nossa estratégia”, avalia.

“Estamos fazendo um grande esforço em um processo de reconstrução do país, que passou por um período de verdadeiras trevas e desmonte. Por isso, precisamos reconstruir as relações de trabalho e o papel dos sindicatos. Esse debate aqui faz parte da reconstrução do Brasil que queremos, e vocês [trabalhadores] são protagonistas”, ressaltou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Segundo o ministro, “o governo está sensível, mas precisamos que essa sensibilidade

seja aguçada nas três bancadas [trabalhadores, empresas e governo]. Desejamos que as partes cheguem para negociar com as diretrizes de um trabalho decente”.

De acordo com o presidente da CSB, Antonio Neto, “é preciso enquadrar as empresas que dizem que são de tecnologia, mas não são. Empresas de transportes, de entregas, não são empresas de tecnologia. Portanto, precisam seguir as regras de seu setor, e isso também inclui a legislação trabalhista. Todas as outras questões colocadas são derivativas desse primeiro item”.

“É preciso dar um basta à selvageria do trabalho precário. Todos os trabalhadores merecem ter empregos dignos com direitos”, completou Neto.

Entre os pontos da proposta apresentada pelas centrais sindicais, estão “Regulação tributária e trabalhista conforme setor de atividade ao qual a empresa está vinculada, ou seja, não se tratam de empresas de tecnologia, mas de uma empresa que faz uso de uma tecnologia específica para organizar o seu negócio; Direitos sindicais garantidos conforme previsto na Constituição e dos demais dispositivos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); Jornada de trabalho compreendida como todo o tempo à disposição da empresa-plataforma; e Seguridade social, com filiação do trabalhador ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como contribuinte obrigatório e recolhimento da parte patronal.



“Belicista hipócrita”: premiê alemão é vaiado por envio de armas a Kiev



Reprodução

Marcha contra drenar água ao agronegócio Uruguaios ocupam as ruas de Montevideu pelo direito à água

“Não é seca, é saque”, entoaram manifestantes denunciando a crise hídrica que atinge, em particular a capital do país, após o desmonte da empresa pública do setor por Lacalle

Milhares de manifestantes tomaram o centro de Montevideu na noite de quarta-feira (31) para exigir investimentos imediatos do governo do presidente Luis Lacalle Pou na administração de Obras Sanitarias do Estado (OSE), a fim de enfrentar a grave crise hídrica que atinge o país e, em particular, sua capital.

Com palavras de ordem, faixas e cartazes a multidão alertou para os sucessivos cortes de investimentos e empregos na administração pública, que penaliza o serviço de água corrente de dois milhões de habitantes de Montevideu e da zona metropolitana.

“Eles querem que acreditemos que esta crise é tão somente produto da seca, mas 50% da água potável perde-se devido ao estado das canalizações”, denunciou a central PIT-CNT (Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores), entidade organizadora do evento, que exigiu recursos para a manutenção de um serviço público de qualidade que priorize o atendimento às famílias e não ao agronegócio de exportação.

O fato é que junto à declaração de emergência agrícola meses atrás, voltada a garantir abastecidos os grandes plantadores de soja e de árvores [madeira], o governo Lacalle tem dado as costas aos pequenos produtores de alimentos e ao conjunto dos consumidores.

Como resultado, o reservatório de Paso Severino, que fornece o líquido vital para Montevideu, Canelones e áreas urbanas, hoje está tão somente com 6% da sua capacidade de armazenamento.

O fato é que se não bastasse a falta de prioridade, esclareceu a PIT-CNT, o governo administra mal o pouco que tem. A central alerta que a estatal responsável, a OSE, conta atualmente com mil postos de trabalho a menos, o que repercute de forma extremamente negativa na gerência e no serviço prestado à população.

ABANDONO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presidente da Federação de Funcionários de OSE (FFOSE), Federico Kreimerman, lembrou que há tempos os trabalhadores vinham alertando sobre o que estava por vir. “Viamos de dentro o abandono, tudo o que se passava, mas não diziam nada, enquanto deveriam publicar informações diariamente. É algo que precisaria de um acompanhamento sério dos dados, como foi feito na pandemia”, assinalou.

“A partir da mobilização de hoje, esperamos que passem a investir mais, caso contrário vai chegar um momento em que a reserva de água doce do Paso Severino vai acabar e aí terão que nos dar água completamente salgada”, constatou Kreimerman.

“Claro que tem que investir”, defendeu o presidente da FFOSE, exigindo que o governo, “além de anunciar as coisas pela televisão”, decreta estado de emergência sanitária “para que haja dinheiro, porque ele existe, mas é entregue só para os que já têm”.

Desconhecendo a triste realidade que vive o país, no melhor estilo da princesa francesa Maria Antonieta – a que dizia que se falta pão, o povo que coma brócolis -, a ministra da Saúde, Karina Rando, recomendou que gestantes, menores de idade e portadores de diversas doenças crônicas bebam água engarrafada.

Kreimerman destacou que meio milhão de trabalhadores ganham menos de 25.000 pesos [R\$ 3.250,00] mensais e enquanto isso a recomendação do Ministério da Saúde Pública, “aquele que tem que cuidar de nós, é a de usar água engarrafada”. “Como uma família com 25.000 pesos por mês gasta 300 pesos [R\$ 39,00] por dia ou 9.000 pesos [R\$ 1.170,00] mensais em água engarrafada?”, questionou, recebendo aplausos da multidão.

Representante da Redes-Amigos da Terra, María Selva Ortiz, também foi aplaudida ao recordar que há 21 anos começou a ser concebida a iniciativa dos movimentos sociais, “que formaram a grande frente da Comissão Nacional em Defesa da Água e da Vida”. “Entendemos que a água era tão importante que sua defesa deveria estar consagrada na Constituição e em 31 de outubro de 2004, 64% dos uruguaios apoiaram a iniciativa popular”, destacou, frisando que o artigo 47 da Carta Magna define a água como “um recurso natural essencial para a vida”.

Selva Ortiz ressaltou que desde então diferentes organizações populares “têm militado ativamente pela implementação e respeito à Constituição”, tanto com propostas quanto com denúncias. Nesse sentido, frisou, “voltamos a juntar assinaturas quando foi aprovada a Lei de Irrigação, que é inconstitucional”.

“Em vários aquíferos subterrâneos há água em condições de consumo humano e são as empresas florestais, de soja e de celulose que continuam consumindo, em meio à emergência hídrica, milhões de litros de água doce por dia. Sucessivos governos priorizaram um modelo de produção que usa nossa água para seu benefício e, ainda por cima, isenta-a de impostos e permite que a poluam. O mais irônico, para não dizer cruel, é que a análise dos volumes de água que consomem mostra que o volume destinado ao consumo da população é irrisório”, concluiu um documento assinado por manifestantes “em defesa da água e da vida”.



Chanceler Olaf Scholz foi vaiado em evento do seu próprio partido

Parlamento da Suíça rejeita envio de armas ao conflito na Ucrânia

A Câmara dos Representantes da Suíça rejeitou na noite de quinta-feira (1º) uma proposta para autorizar a reexportação de material de guerra fabricado na Suíça para a Ucrânia, informou na sexta-feira (2) o portal Swissinfo. A rejeição foi por 98 votos a 75 e 2 abstenções.

Assim, os deputados determinaram que não seja flexibilizada a proibição de fornecer armas suíças a regiões em guerra, em vigor há décadas em obediência ao tradicional status de neutralidade. O que também impede que armas e munição compradas da Suíça sejam repassadas a beligerantes.

PRESSÕES DOS EUA

Os parlamentares suíços rechaçaram, portanto, as pressões da Alemanha, Dinamarca, Espanha e Holanda – e, claro, de Washington e da Otan – para enviar munição e armas de fabricação suíça de seus arsenais para a guerra de procuração dos EUA contra a Rússia na Ucrânia.

O Partido Popular Suíço, que tem a maior bancada, votou contra a flexibilização pedida pelos belicistas e nazistas ucranianos. No dia da recusa, o chefe do regime de Kiev



Munição suíça é usada por tanques alemães Leopard

chegou a se encontrar com seu homólogo suíço na Moldávia durante uma cimeira europeia. Mas não adiantou, como visto no resultado da votação.

A Lei Suíça de Material de Guerra proíbe o comércio de armas produzidas no país para países envolvidos num conflito armado internacional, sendo que toda aquisição inclui uma cláusula que obriga o país comprador a solicitar permissão à Suíça em caso de disposição de reexportar.

Em 10 de fevereiro, o Governo suíço confirmou a rejeição do pedido espanhol para a transferência de dois canhões antiaéreos de fabricação suíça para a Ucrânia. A Suíça já tinha negado pedidos semelhantes à Dinamarca e Alemanha, em que no ano passado pediram a transferência de armas suíças para a Ucrânia para ajudá-la contra os russos.

Em concreto, a Suíça rejeitou dois pedidos alemães para reexportar munição suíça para a Ucrânia para tanques de batalha Leopard e um pedido dinamarquês para fornecer cerca de 20 tanques de batalha Piranha III. Portanto, sem reexportação de armas suíças. Já quando se trata do sistema financeiro, a posição de Berna é de alinhamento às sanções contra a Rússia.

Rússia destrói com um míssil o QG das operações terroristas do regime ucraniano

O presidente Vladimir Putin confirmou a jornalistas na terça-feira (30) a destruição do QG da inteligência militar em Kiev, em ataque com mísseis de alta precisão. A própria mídia ucraniana admitiu que ocorreram fortes explosões e tremores na área onde ficam as instalações da Diretoria Principal de Inteligência das Forças Armadas do regime de Kiev. O trânsito na ponte que dá acesso à ilha onde fica a sede da Diretoria foi bloqueado na madrugada de 30 de maio.

“Temos falado sobre a possibilidade de atacar os ‘centros de decisão’. Naturalmente, o quartel-general da inteligência militar da Ucrânia se enquadra nessa categoria e foi atingido há dois ou três dias”, afirmou Putin.

O ataque ocorreu após uma série de ameaças de altos funcionários da Diretoria Principal de Inteligência de “matar russos” em todo o mundo.

Antes, o porta-voz dos militares russos, Igor Konashenkov, havia anunciado que “todas as instalações designadas foram atingidas” no ataque que teve como alvo os “centros de decisão” em Kiev, de onde, sob orientação de especialistas de agências de inteligência ocidentais, atos terroristas foram planejados contra o território russo.

Putin também se referiu ao ataque de drones ucranianos a Moscou, ocorrido no início do dia. O principal objetivo desses ataques é tentar “intimidar” os cidadãos russos, o que é um “sinal claro” de “atividade terrorista” por parte de Kiev, disse o presidente russo. Ao contrário da Ucrânia, que tem como alvo “prédios residenciais” na Rússia, Moscou está atacando apenas alvos militares, como depósitos de munição ou depósitos de combustível, com armamento de “alta precisão”, acrescentou.

O caráter terrorista da in-



Míssil russo atualizado TU-141 de alta precisão

vestida ucraniana com drones também foi destacado pelo ministro russo da Defesa, Sergey Shoigu: um ataque “contra – eu enfatizo – alvos civis”. De acordo com um porta-voz militar russo, “todos os oito drones inimigos foram abatidos. Três deles foram interrompidos por meios de guerra eletrônica, perderam o controle e erraram seus alvos. Outros cinco drones foram abatidos por um sistema de defesa aérea Pantsir-S nos arredores de Moscou”.

Segundo o prefeito da capital russa, Sergey Sobyenin, vários prédios foram levemente danificados pelo ataque. Ninguém ficou gravemente ferido, acrescentou.

O presidente russo expressou satisfação com o estado das defesas aéreas de Moscou, dizendo que trabalharam “de maneira satisfatória” para desviar o ataque da manhã de terça-feira, embora “ainda haja algum progresso a ser feito”.

Putin também se referiu à interferência ocidental para tornar a Ucrânia pós-colapso da URSS em uma espécie de “anti-Rússia” e para anexá-la à Otan.

“Não é suficiente que eles mentiram para nós quando disseram que não haveria expansão da Otan para o leste. Eles até chegaram à Ucrânia.

Manifestantes pediram a renúncia de Olaf Scholz: “Vá embora” e, em meio a vaias, exigiram “Paz sem Armas”

O primeiro-ministro alemão Olaf Scholz foi vaiado na sexta-feira (2) em um festival de seu próprio partido, o Social-Democrata, em Falkensee, a oeste de Berlim, por sua enfática defesa do envio de armas para o regime de Kiev, em meio aos gritos de “belicista hipócrita” e “paz sem armas”.

Os manifestantes também chamaram Scholz de “mentiroso” e o instaram a “ir embora”. No mesmo festival, na terça-feira, a ministra das Relações Exteriores, Annalena Baerbock, havia sido repelida de forma análoga.

Imagens publicadas pela agência de vídeos Ruptly registraram o vexame sofrido por Scholz e mostram que foram poucos os presentes que tentaram dar uma força ao “chanceler”, que é como os alemães intitulam seu chefe de governo.

APOLOGIA DAS ARMAS

Scholz fez apologia do bombeamento sem fim de armas para o regime de Kiev instalado pelo golpe da CIA de 2014 e ainda salientou que, “depois dos EUA”, “são os alemães quem mais faz isso”, e “faremos todos juntos enquanto for necessário”.

Em sua peroração, Scholz também acusou Putin de “querer destruir a Ucrânia e a Europa, em que ele ainda está de olho”.

A repulsa dos manifestantes ao seu sabujismo a Washington e a guerra de procuração dos EUA na Ucrânia deixou Scholz

possesso, chamando-os de “faladores” que “se tivessem algo em seus cérebros” criticariam Putin, ao invés dele.

Em socorro a Scholz, o primeiro-ministro do estado de Brandemburgo, onde fica Falkensee, Dietmar Woidke, disse que a manifestação “pertence à Praça Vermelha” e asseverou que era graças à “democracia” que os manifestantes podiam “brigar no comício”.

QUEDA NAS PESQUISAS

Jornais como o Bild acusaram os apuradores de Scholz contrários ao envio de armas para o regime de Kiev de serem “direitistas”. Nas comemorações do 1º de Maio, Scholz também havia sido vaiado.

Segundo pesquisa YouGov de em maio, a maioria dos alemães é a favor das negociações de paz entre Kiev e Moscou. 54% dos entrevistados também se opuseram à potencial adesão da Ucrânia à Otan. Outra pesquisa, de fevereiro, mostrou que quase dois terços dos alemães entrevistados se opunham ao fornecimento de jatos de combate a Kiev. Antes, em dezembro de 2022, uma pesquisa YouGov indicou que 45% eram contra o envio de tanques de batalha alemães Leopard 2 para a Ucrânia.

Carta aberta assinada por personalidades e figuras públicas alemãs exortara Scholz a parar de fornecer armas às forças ucranianas e se concentrar em alcançar um cessar-fogo por meios pacíficos.

Peruanos rechaçam ingresso de tropas dos EUA no país

O Movimento Novo Peru lançou um manifesto nesta sexta-feira (2) em que “repele o ingresso dos 1.237 integrantes das Forças Armadas dos Estados Unidos ao país, avalizado pela ditadura de Dina Boluarte”. Peruanos denunciam que as tropas chegam para ampliar sua capacidade de repressão do governo “vende-pátria”.

Desde que tomou o poder de assalto, a partir dos protestos de 7 de dezembro de 2022, o governo já assassinou cerca de 70 manifestantes desarmados e agora autoriza a entrada dos norte-americanos, “com armas de guerra, meios aéreos e náuticos”, com a declarada finalidade de treinar as Forças Armadas, as Forças Especiais, o Comando de Inteligência e a Polícia Nacional de primeiro de junho a 31 de dezembro.

O treinamento, que contará com fuzis, pistolas, metralhadoras, lança-granadas, canhões e morteiros, será realizado em Lima, Callao, Loreto, San Martín, Santa Lucía, Huánuco, Ucayali, Pasco, Junín, Huancavelica, Cusco, Ayacucho, Iquitos, Pucucana e Apurímac.

“Este ato de subordinação e abandono da soberania nacional”, condenou o Novo Peru, representa uma “provação e uma intimidação diante da expressão democrática e popular” das novas mobilizações marcadas para julho em defesa da democracia e de melhores condições de vida e trabalho.

Recordando a sentença do Judiciário que afirma que no Peru “não há direito de protesto”, o movimento denunciou a recente tentativa de intimidação feita pelo presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola, de que a repressão estaria a postos para que não haja nenhuma “tomada de Lima” pela população.

“Enquanto o governo de

Lula no Brasil suspendeu a venda de armas ao Peru, e existe um repúdio internacional frente às violações dos direitos humanos e dos assassinatos cometidos, a general Linatur Richardson, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, afirmou, sem escrúpulos, que a América Latina tem importantes recursos naturais, água e minerais que correspondem aos interesses norte-americanos”, apontou o Novo Peru, alertando para o que está em jogo. Sem meias palavras, advertiu o movimento, a comandante ianque deixou claro qual é o seu objetivo: “interromper o avanço da China na região, pois o ‘triângulo de lítio’ que a Argentina, a Bolívia e o Chile possuem representa 60% das reservas mundiais e não pode estar em mãos de adversários”.

No Peru, infelizmente, condena o manifesto, o governo normaliza a entrada de tropas estadunidenses, quando “o contexto político nacional e internacional revela que estamos em tempos complexos e de crise”, e deveríamos lutar pela “paz com justiça social para a América Latina”.

“De forma alguma podemos aceitar tropas norte-americanas em nosso território e exigimos a sua retirada. Dina e Otárola pedem reforços e tecnologia moderna para reprimir o povo. Nós levantaremos a voz e em todas as manifestações vamos assinalar: Yankees fora do Peru!”, sublinhou o documento.

Para o secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), Gerónimo López, acrescentou que “este é um ato de ingerência estrangeira inadmissível, de violação da soberania, que visa reforçar a presença de bases militares de Washington em nossa região”.

Xi Jinping defende acelerar modernização do sistema de segurança da China

O presidente chinês, Xi Jinping, enfatizou, na terça-feira (30), que as “circunstâncias mundiais exigem esforços acelerados para modernizar o sistema e a capacidade de segurança nacional”, conforme destaca a agência de notícias Xinhua.

Também secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e presidente da Comissão Militar Central, Xi fez as observações ao presidir a primeira reunião da Comissão de Segurança Nacional sob o 20º Comitê Central do PCC.

Xi instou os membros da Comissão de Segurança Nacional a estarem plenamente conscientes das circunstâncias complicadas e desafiadoras que a segurança nacional da China enfrenta e da abordagem correta das principais questões de segurança nacional.

Ele pediu esforços para salvaguardar o novo padrão de desenvolvimento da China com uma nova arquitetura de segurança e abrir novos caminhos no trabalho de segurança nacional.

Participaram da reunião Li Qiang, Zhao Leji e Cai Qi, todos membros do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do PCC e vice-chefes da Comissão de Segurança Nacional.

Resumindo os trabalhos da comissão, a reunião foi informada de que os interesses de soberania, segurança e desenvolvimento nacionais foram protegidos resolutamente. A segurança nacional foi fortalecida de forma abrangente, de acordo com a reunião.

As questões de segurança nacional que a China enfrenta hoje são “consideravelmente mais complexas e muito mais difíceis de serem resolvidas”, no entender da reunião. O encontro enfatizou a necessidade de se estar preparado para resistir a “ventos fortes, águas agitadas e até mesmo tempestades perigosas”.

A reunião chamou a se tomar a iniciativa para criar um ambiente de segurança externa favorável para a China, a fim de melhor salvaguardar sua abertura e promover uma integração profunda entre desenvolvimento e segurança. Também foi pedida a reforma das abordagens empregadas na salvaguarda e formação da segurança nacional.

O encontro ainda pediu esforços dedicados para proteger a segurança política e melhorar a governança de segurança dos dados da Internet e da inteligência artificial. Além disso, solicitou esforços acelerados para estabelecer um sistema de monitoramento de riscos e alerta precoce.

A reunião adotou um documento sobre a aceleração da construção de um sistema de monitoramento de risco de segurança nacional e de alerta antecipado e outro sobre o fortalecimento da comunicação pública em relação à segurança nacional.

Em parceria com a agência de notícias Xinhua

Tripla colisão de trens na Índia provoca 288 mortes

Uma tripla colisão de trens na noite de sexta-feira (2) matou 288 passageiros e feriu mais de 850 na Índia, no pior desastre de trens no país em 25 anos. A tragédia ocorreu na cidade de Balasore, no estado de Odisha, no leste da Índia, na Baía de Bengala.

De acordo com o Ministério das Ferrovias da Índia, vários vagões de um trem de passageiros que viajava de Calcutá para Chennai descarrilaram devido a uma colisão com um trem de carga, sendo lançados no trilho oposto. Depois de algum tempo, outro trem de passageiros colidiu com eles e vários outros vagões que transportavam pessoas descarrilaram. Ao todo, 17 vagões descarrilaram e foram gravemente danificados na colisão múltipla.

Centenas de bombeiros, policiais com cães farejadores, paramédicos e militares foram acionados para o trabalho de resgate dos passageiros presos nos vagões tombados, assim como 115 ambulâncias e 45 unidades móveis de saúde. Uma multidão ocorreu ao local, para ajudar no que pudesse.

Cenas dramáticas se seguiram, com equipes de resgate vasculhando com tochas os destroços e quebrando portas e janelas para libertar os sobreviventes.

Na via, dezenas de corpos cobertos por lençóis brancos.

“Nunca vi nada assim na minha carreira”, disse o diretor do corpo de bombeiros do estado de Odisha, Sudhanshu Sarangi. “Por volta das 22h (sexta-feira), conseguimos resgatar os sobreviventes. Depois disso, tratava-se de recolher cadáveres”, disse ele. “Isso é muito, muito trágico”.

Um sobrevivente disse à mídia local que estava dormindo quando o acidente aconteceu e acordou preso sob uma dúzia de outros passageiros. O homem disse que finalmente conseguiu sair do carro, escapando com ferimentos leves no pescoço e no braço. Centenas de jovens fizeram fila no hospital distrital de Balasore para doar sangue. O sábado foi declarado dia de luto no estado de Odisha. Depois de uma reunião de emergência sobre a tragédia, o primeiro-ministro Narendra Modi foi ao local do desastre e visitou os feridos no hospital distrital de Balasore.

Aos jornalistas, Modi chamou de “doloroso” o incidente e prometeu “punir severamente os culpados”. Ele disse ainda que seu governo “não deixará pedra sobre pedra para o tratamento dos feridos”.

Como primeiro ponto, o Consenso de Brasília reafirma “a visão comum de que a

Biden e McCarthy fecham acordo que eleva dívida dos EUA a 139% do PIB



Acordo autoriza a elevação do teto da dívida e penaliza os mais pobres

BRICS debate alternativas ao dólar

“Na discussão deste encontro, nos concentraremos em oportunidades para fortalecer e transformar os sistemas de governança global e esperamos soluções para uma recuperação econômica internacional sustentável e inclusiva”, disse Naledi Pandor, ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, ao presidir a reunião dos chanceleres do BRICS que teve início nesta quinta-feira (1º), na cidade sul-africana do Cabo.

Os ministros das Relações Exteriores dos países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – debateram uma ampla gama de questões, incluindo alternativas à dependência do dólar e a condenação às sanções unilaterais norte-americanas, assim como as ameaças de sua extensão aos países que a elas não se submetem.

A reunião é também uma preparação para o próximo encontro dos chefes de Estado da organização que será realizada em agosto.

Naledi assinalou que em meio a um crescente coro de vozes levantando a necessidade de usar alternativas ao dólar no comércio global, os Estados-membros do BRICS devem continuar a discutir a introdução de uma moeda comum e o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como Banco dos BRICS, que desde abril é presidido pela ex-presidente brasileira Dilma Rousseff.

“Debateremos ainda como garantir que não nos tornemos vítimas de sanções com efeitos secundários em países que não têm envolvimento nos assuntos que levaram a essas sanções unilaterais”, afirmou a ministra

Presidentes sul-americanos firmam ‘Consenso de Brasília’ em ‘defesa da democracia e soberania’

A convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os líderes dos países da América do Sul reuniram-se em Brasília nesta terça-feira (30) para reiterar o “compromisso com a democracia e a defesa da soberania”, intensificando ações pela integração regional e o incremento do comércio e dos investimentos entre si.

A fim de “impulsionar o processo de integração da América do Sul e projetar a voz da região no mundo”, o “Consenso de Brasília” foi construído e assinado pelos presidentes Alberto Fernández, da Argentina; Lula, do Brasil; Luis Arce, da Bolívia; Gabriel Boric, do Chile; Gustavo Petro, da Colômbia; Guillermo Lasso, do Equador; Irfaan Ali, da Guiana; Mario Abdo Benítez, do Paraguai; Chan Santokhi, do Suriname; Luis Lacalle Pou, do Uruguai; e Nicolás Maduro, da Venezuela.

Na abertura da cúpula, Lula sublinhou a importância da retomada de instrumentos de integração regional, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para que o bloco volte a exercer seu protagonismo. A fim de potencializar essa unidade e enraizá-la sem a dependência dos grandes centros financeiros, o presidente também propôs a criação de uma “moeda comum”.

Como primeiro ponto, o Consenso de Brasília reafirma “a visão comum de que a



Chanceleres do Brasil, China, Rússia, África do Sul e Índia reunidos na cidade do sul-africana do Cabo

em referência às medidas adotadas pelos países ocidentais contra a Rússia.

O governo sul-africano afirma desejar manter neutralidade em relação à guerra, tem uma relação bem-sucedida com Moscou e defende que o BRICS atue como contrapeso a uma ordem internacional dominada por Washington e seus satélites europeus.

“Vemos uma erosão da arquitetura multilateral global, medidas unilaterais e sanções unilaterais estão se tornando a norma diária enquanto a maioria dos países querendo ter mais influência sobre como a nova ordem global se desenvolve”, insistiu Anil Soorkial, embaixador da África do Sul no BRICS.

“Nossa reunião deve enviar uma mensagem firme de que o mundo é multipolar, está se reequilibrando e que as velhas formas não servem para lidar com as novas situações”, disse o

‘ACORDO MÍOPE’

Como registrou o portal Common Dreams, setores progressistas manifestaram descontentamento com o teor do acordo. Diane Yentel, presidente e CEO da Coalizão Nacional de Habitação de Baixa Renda, escreveu no Twitter que o acordo é “cruel e míope”, apontando para os requisitos de trabalho e cortes de prazo real na assistência de aluguel “durante uma crise de falta de moradia que já piora”.

“A Câmara dos Deputados manteve como reféns as pessoas de menor renda do país em troca da elevação do teto da dívida”, continuou Yentel. “O ‘acordo’ do teto da dívida pode levar dezenas de milhares de famílias a perder o auxílio-aluguel... no nosso país.”

“Depois que a inflação comer sua parte, o financiamento fixo resultará em menos famílias acessando assistência de aluguel, menos crianças no Head Start e menos serviços para idosos”, disse Lindsay Owens, diretora executiva da Groundwork Collaborative. “O acordo representa o pior da ideologia orçamentária conservadora; corta investimentos em trabalhadores e famílias, acrescenta novos obstáculos onerosos e dispendiosos para famílias que precisam de apoio e protege os americanos mais ricos e as maiores corporações de pagar sua parte justa em impostos.”

Como registrou o portal Common Dreams, setores progressistas manifestaram descontentamento com o teor do acordo.

Diane Yentel, presidente e CEO da Coalizão Nacional de Habitação de Baixa Renda, escreveu no Twitter que o acordo é “cruel e míope”, apontando para os requisitos de trabalho e cortes de prazo real na assistência de aluguel “durante uma crise de falta de moradia que já piora”.

“A Câmara dos Deputados manteve como reféns as pessoas de menor renda do país em troca da elevação do teto da dívida”, continuou Yentel. “O ‘acordo’ do teto da dívida pode levar dezenas de milhares de famílias a perder o auxílio-aluguel... no nosso país.”

chefe da diplomacia indiana, Subrahmanyam Jaishankar, em seu discurso de abertura.

Os chanceleres dos países do BRICS afirmaram que o grupo está aberto a incorporar novos membros, em sua busca por alcançar um “reequilíbrio” da ordem mundial, durante conversas nesta quinta-feira, 1º de junho.

O ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, afirmou que “mais de uma dezena” de países, incluindo a Arábia Saudita, mostraram interesse em ingressar no BRICS, possibilidade que o grupo está considerando.

“O BRICS está avançando e demonstrando sua força e relevância. É provavelmente o atual centro de gravidade do mundo multipolar e muitos países estão interessados em aderir ao grupo”, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Ryabkov, aos jornalistas na Cidade do Cabo.

Leia a íntegra nos site do HP

à pobreza, à fome e a todas as formas de desigualdade e discriminação; da promoção da igualdade de gênero; da gestão ordenada, segura e regular das migrações; do enfrentamento da mudança do clima, inclusive por meio de mecanismos inovadores de financiamento da ação climática, entre os quais poderia ser considerado o ‘swap’, por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática; da promoção da transição ecológica e energética, a partir de energias limpas; do fortalecimento das capacidades sanitárias; e do enfrentamento ao crime organizado transnacional”.

De forma unificada, os presidentes “comprometeram-se a trabalhar para o incremento do comércio e dos investimentos entre os países da região; a melhoria da infraestrutura e logística; o fortalecimento das cadeias de valor regionais; a aplicação de medidas de facilitação do comércio e de integração financeira; a superação das assimetrias; a eliminação de medidas unilaterais; e o acesso a mercados por meio de uma rede de acordos de complementação econômica, inclusive no marco da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).”

Leia íntegra nos site do HP

Quando os EUA lançaram sua guerra no Afeganistão em outubro de 2001, a dívida mal chegava a US\$ 5,8 trilhões e a relação dívida/PIB era de 56%

No fim de semana, o presidente Joe Biden e o presidente da Câmara dos Deputados, o republicano Kevin McCarthy, fecharam acordo que permite elevar a dívida a 139% do PIB, o que irá imediatamente a votação no Congresso dos EUA.

Na sexta-feira, a secretária do Tesouro, Janet Yellen, advertira que a solução para o impasse teria que ser aprovada até o dia 5 de julho, para evitar a inadimplência do governo dos EUA e potencialmente lançar toda a economia global no caos.

O limite da dívida em vigor que se esgota nos próximos dias é de US\$ 31,4 trilhões (equivalente a 123% do PIB de US\$ 25,46 trilhões de 2022).

Pelo acordo, o limite fica suspenso temporariamente até 1º de janeiro de 2025, mas é permitida uma expansão da dívida em US\$ 4 trilhões segundo a Reuters, o que implica em que a dívida vai a US\$ 35,4 trilhões, o que corresponde a 139% do PIB conforme computado em 2022.

Com o resgate dos bancos no crash de 2008, a relação dívida/PIB dos EUA ultrapassou 100% pela primeira vez, o que não parou de subir desde então. Além das guerras e do resgate dos monopólios falidos, ricaços foram aquinhoados com o corte de impostos.

Quando os EUA lançaram a sua guerra no Afeganistão em outubro de 2001, a dívida mal chegava a US\$ 5,8 trilhões e a relação dívida/PIB era de 56%.

Como pelo acordo Biden-McCarthy os gastos não relacionados à defesa permanecem no mesmo nível do ano anterior de US\$ 637 bilhões, isso significa um arrocho da ordem de 5%, à inflação atual. No orçamento de 2025, seria permitido um reajuste de 1% (e, portanto, também abaixo da inflação).

Sem surpresa no Pentágono que, incluído o buraco sem fundo da Ucrânia, acabará gastando mais de US\$ 1 trilhão no ano, bem feitas as contas.

O acerto saiu depois de três semanas de negociações a portas fechadas. Ao anunciar o acordo na noite de domingo, na Casa Branca, Biden disse que “isso tira a ameaça de calote catastrófico da mesa, evita a pior crise possível”. Ele acrescentou que e “um compromisso, ninguém conseguiu tudo o que deseja”.

McCarthy, por sua vez, se gabou que “tem reduções históricas nos gastos” – leia-se, gastos com a população –, o que considerou “reformas consequentes que tirarão as pessoas da pobreza (sic) e as colocarão no mercado de trabalho, controlando o exagero do governo”. Como se penalizar as pessoas fosse uma forma eficaz de fazê-las procurar trabalho...

Em sua brilhante observação, McCarthy faz referência ao corte no vale-sopão, em que conseguiu a elevação de 49 anos para 54 anos da idade em que o beneficiário vai ter que cumprir requisitos de dificuldades em conseguir renda para poder comer. Mas teve de adiar por agora sua gana por tirar dinheiro do Medicaid, o

Lara Resende contesta 'teses' do BC para manter juros mais altos do mundo

“Quando o Banco Central insiste em manter juros extraordinariamente altos, além dos males conhecidos, agrava o desequilíbrio das contas públicas que ele tanto critica”, diz o economista

O economista André Lara Resende, em artigo publicado no Valor Econômico, na sexta-feira (2), afirma que “um regime fiscal responsável deve ter por base uma política de juros que só excepcionalmente se desvie desse intervalo”. Segundo ele, parece ter sido finalmente entendido no Brasil que as políticas monetária e fiscal são indissociáveis.

“O que ainda falta ser assimilado é que a política de juros altos tem implicações fiscais que não podem ser desconsideradas. Quando o Banco Central insiste em manter juros extraordinariamente altos, além dos males conhecidos, agrava o desequilíbrio das contas públicas que ele tanto critica”, argumenta. Confira!

Os juros e a questão fiscal

ANDRÉ LARA RESENDE

Há unanimidade quanto aos malefícios dos juros altos. Ninguém gosta. Todos, até o nosso Banco Central, que atualmente detém o recorde mundial de juro real, reconhecem os problemas que podem causar. A razão alegada para manter os juros extraordinariamente elevados é que seria necessário para controlar a inflação e trazê-la de volta para a meta. Sustenta-se, também, que embora determine a taxa de curto prazo, mesmo se quisesse, o Banco Central seria impotente para reverter o quadro de juros altos. As taxas mais longas seriam determinadas pelo mercado, com base nas expectativas de inflação e na pressão exercida pela necessidade de financiamento do Estado.

Estes dois argumentos são questionáveis.

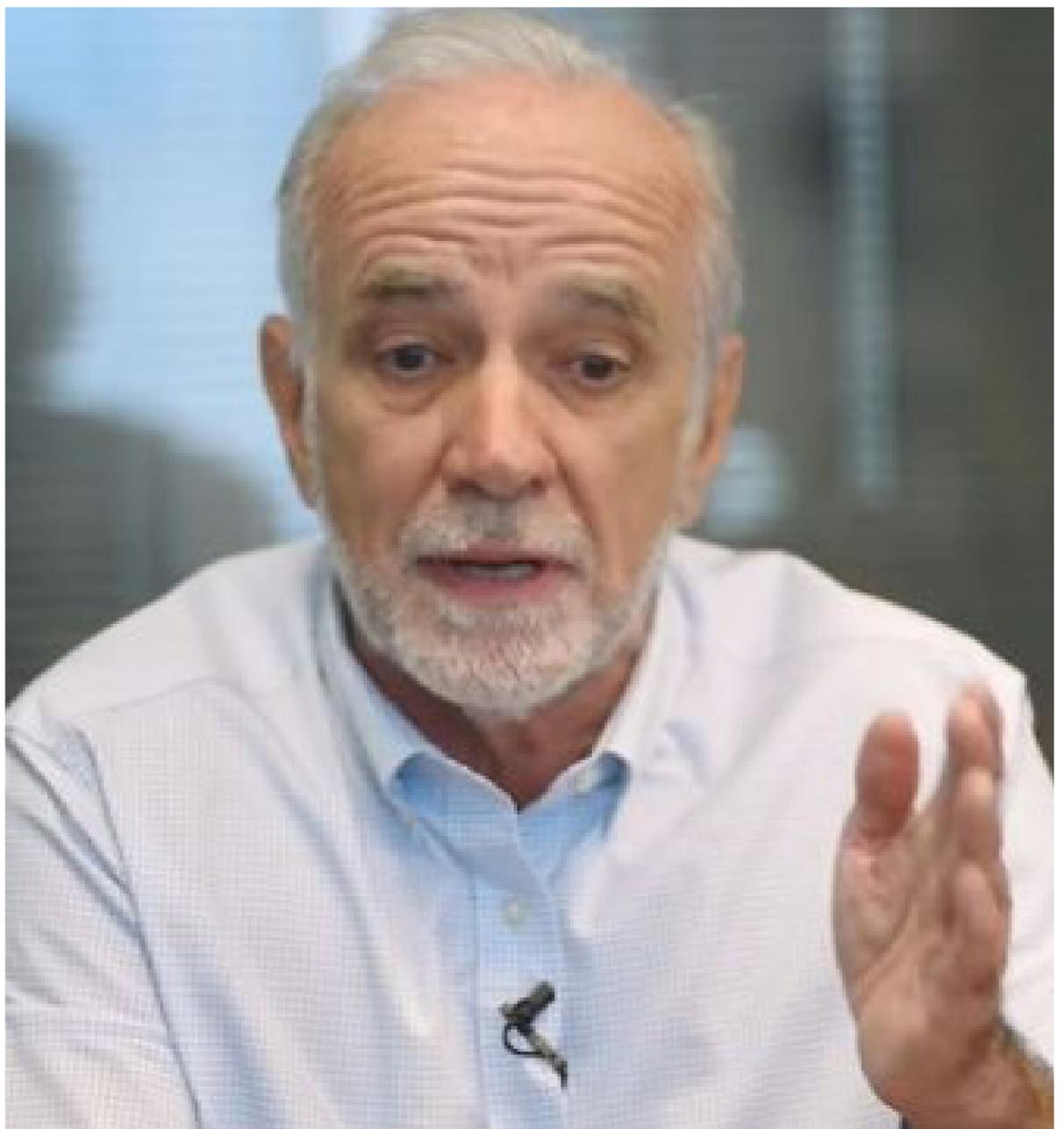
Juros altos são efetivamente necessários e eficazes para o controle da inflação? Até o final do século passado, havia um relativo consenso de que uma inflação moderada de um dígito, numa economia sem mecanismos estabelecidos de indexação, poderia ser combatida com o desaquecimento da economia e o aumento do desemprego. A maneira mais rápida e eficaz de desaquecer a economia era elevar a taxa de juros, que desde os anos 1990 é reconhecida como a principal variável de política monetária. A alta dos juros reduziria o consumo e o investimento, com demanda mais fraca, o mercado de trabalho ficaria desaquecido, o ritmo do aumento dos salários seria reduzido e a inflação contida. Essa é a lógica por trás da Curva de Phillips, uma relação empírica que associava o aumento do desemprego à redução da inflação.

A controvérsia em torno da possibilidade de que esse “trade-off” pudesse ser explorado para reduzir o desemprego com um pequeno aumento da inflação terminou com a incontestável vitória dos céticos. No entanto, a tese de que o aumento do desemprego reduziria a inflação, que o desaquecimento da economia modera a inflação, continua a ser parte central do quadro conceitual da macroeconomia convencional. Nas últimas duas décadas, a Curva de Phillips se tornou praticamente horizontal, ou seja, a inflação ficou menos sensível ao desemprego. Entre as explicações possíveis, a mais plausível é que

o emprego formal perdeu importância, os sindicatos se enfraqueceram e os salários já não são mais tão relevantes na formação de preços. A resiliência da inflação pós-pandemia, no mundo todo, deveria ter deixado definitivamente claro que juros são bem menos eficazes do que se pretende no controle da inflação. Não estamos aqui falando de processos inflacionários crônicos, como o brasileiro da segunda metade do século XX, que, se pudessem ser combatidos com juros altos, não teriam exigido um Plano Real, mas de uma inflação moderada, como a que temos hoje aqui e em grande parte do mundo.

Artigo de Alex Ribeiro, de 22 de maio, no Valor, a propósito do seminário internacional promovido pelo BC, em São Paulo, reporta que Campos Neto perguntou a outros banqueiros centrais presentes por que, em várias partes do mundo, apesar de os juros subirem tanto, a atividade econômica e a inflação resistem. A pergunta é sinal de uma certa perplexidade diante do descompasso entre a teoria dominante e a prática. Ora, se há perplexidade em face da evidência da ineficácia e unanimidade sobre os efeitos colaterais do remédio, por que então insistir na aplicação de doses maciças? A resposta nos remete à suposta incapacidade de o Banco Central reduzir os juros. Argumenta-se que se o BC reduzisse a taxa básica com as expectativas “desancoradas”, o tiro sairia pela culatra e as taxas longas se elevariam.

No Valor, em 8 de março, publiquei um artigo onde sustento que a taxa básica fixada pelo Banco Central é a principal determinante de toda a estrutura a termo das taxas de juros. Apresentei como evidência um gráfico do Tesouro Nacional, com a trajetória da taxa Selic, o custo médio das emissões em oferta pública e o custo do estoque da dívida para o período entre 2011 e 2022. Afirmei que, como se pode constatar a olho nu, o custo médio das emissões e do estoque da dívida acom-



É urgente compreender que uma taxa de juros razoável – e por razoável deve-se entender uma taxa nominal superior à meta de inflação e inferior à taxa de crescimento nominal do PIB potencial – é a base de uma política macroeconômica competente, da qual estamos carentes há muitos anos

panha a Selic. Existe uma alta correlação entre eles. Fiz o “disclaimer” de que correlação não significa necessariamente causalidade, mas que, nesse caso, não há dúvida, pois a taxa Selic é instrumento do BC, a variável independente, e o custo da dívida, o resultado, a variável dependente.

Duas semanas depois, em 31/3/2023, Garcia e Cardoso, também no Valor, chamam o meu artigo de “instigante”, mas curiosamente não citam o autor. Tentam contestar a tese de que o BC controla os juros. Utilizando dados para um período mais curto, entre 2019 e 2021, sustentam que quando o BC deu início a um ciclo de baixa dos juros até chegar a 2% ao ano, as taxas dos títulos de 4 e 10 anos não acompanharam a queda da Selic. Afirmam que o fato do custo do estoque da dívida acompanhar a taxa básica é devido a que parte expressi-

va da dívida, pouco mais de 40%, composta pelas LFTs e pelas Operações Compromissadas, está vinculada à Selic, mas que a correlação entre o custo da dívida e a taxa básica não significa que o BC tenha influência significativa sobre a curva dos juros.

O argumento procede: a redução da taxa básica pode reduzir o custo da dívida, dado que grande parte dela é vinculada à Selic, sem que isso signifique que a redução da taxa básica implique redução de toda a curva e em particular das taxas mais longas. Ainda assim, a redução do custo da dívida reduziria o déficit nominal e a necessidade de financiamento do Estado, com efeito positivo sobre as expectativas. É verdade, como afirmei, que quando a redução da taxa básica é percebida como artificial e possivelmente insustentável, como foi o caso da redução do BC de Tombini, a taxa longa se reduz proporcionalmente menos, levando a uma curva de juros a ficar mais inclinada. Ainda assim, quando o BC reduz a taxa básica, como se pode observar com os dados da curva de juros das últimas duas décadas disponíveis na Bloomberg, toda a curva se desloca para baixo. Assim como ocorreu no período de Tombini, a redução da taxa básica para 2% a.a. durante a pandemia foi percebida como excepcional e transitória. Por isso, a taxa longa não acompanhou na mesma proporção a queda da taxa curta.

Dois interlocutores que tenho em alta conta entendem que a alta da taxa básica eleva o custo da dívida e

agrava o desequilíbrio fiscal, mas argumentam que é preciso mais do que um gráfico, com a evidente correlação entre a taxa básica e o custo da dívida, para contestar a tese de que o BC não controla a curva de juros. É exatamente isso o que faz Simon Simoski, em “A Keynesian Exploration of the Determinants of Government Bond Yields for Brazil, Colombia and Mexico”, numa tese de 2019, para o Levy Institute do Bard College, em NY.

Num trabalho cuidadoso, ele utiliza as mais modernas técnicas estatísticas para estimativas de correlações entre séries temporais, para verificar se, como sustentava Keynes, são os BCs, através das taxas de curto prazo, que determinam as taxas de longo prazo. Revisita a crítica de Keynes à teoria dos “loanable funds”, dos fundos emprestáveis, segundo a qual a taxa de juros é determinada pela oferta e a demanda de crédito. Para Keynes, é o Banco Central quem determina a taxa de juros no mercado monetário. Após examinar as evidências para os três países, Brasil, Colômbia e México, conclui que o Banco Central tem efetivamente controle da taxa longa. Como já fora demonstrado para o Japão, os EUA, a Índia e os países europeus, numa série de trabalhos de Tanweer Akram e outros, a partir de 2014, o coeficiente de correlação entre a taxa curta e a taxa longa, dos títulos de 10 anos, está em torno de 70%. Ou seja, uma variação de 1% na taxa de curto prazo implica uma variação de 0,70%, na mesma direção, na taxa longa. Para Brasil, encontra um coeficiente de

André Lara Resende. Foto: Reprodução/YouTube

correlação de 71,2% entre a taxa curta e a do título de 10 anos. Portanto, é o Banco Central através da taxa básica, e não o mercado e as expectativas, o principal determinante das taxas longas.

Este não é o lugar para fazer uma resenha detalhada do trabalho de Simoski, mas recomendo enfaticamente que, ao menos os mais afeitos à discussão teórica e à evidência econométrica, não deixem de ler com atenção sua tese. O tema é da mais alta importância prática quando se discute o regime fiscal e as condições para a convergência e a redução da relação dívida/PIB. É urgente compreender que uma taxa de juros razoável – e por razoável deve-se entender uma taxa nominal superior à meta de inflação e inferior à taxa de crescimento nominal do PIB potencial – é a base de uma política macroeconômica competente, da qual estamos carentes há muitos anos.

Um regime fiscal responsável deve ter por base uma política de juros que só excepcionalmente se desvie desse intervalo. Como parece ter sido finalmente entendido no Brasil, as políticas monetária e fiscal são indissociáveis. O que ainda falta ser assimilado é que a política de juros altos tem implicações fiscais que não podem ser desconsideradas. Quando o Banco Central insiste em manter juros extraordinariamente altos, além dos males conhecidos, agrava o desequilíbrio das contas públicas que ele tanto critica.